

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANGÉLICA AZEVEDO DE MATOS

**REPERCUSSÕES TERRITORIAIS RECENTES EM VITÓRIA DO XINGU (PA): um
estudo a partir da instalação da UHE Belo Monte**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Porto Alegre/RS
2022
ANGÉLICA AZEVEDO DE MATOS

REPERCUSSÕES TERRITORIAIS RECENTES EM VITÓRIA DO XINGU (PA): um estudo a partir da instalação da UHE Belo Monte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Territorial.

Orientador: Doutor Antonio Paulo Cargnin - Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre/RS
2022

CIP - Catalogação na Publicação

MATOS, ANGELICA AZEVEDO DE
REPERCUSSÕES TERRITORIAIS RECENTES EM VITÓRIA DO
XINGU (PA): um estudo a partir da instalação da UHE
Belo Monte / ANGELICA AZEVEDO DE MATOS. -- 2022.
105 f.
Orientador: ANTONIO PAULO CARGNIN.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2022.

1. Repercussões Territoriais. 2. Hidrelétrica Belo
Monte. 3. Vitória do Xingu. 4. Expansão Territorial.
5. Espaço Urbano. I. CARGNIN, ANTONIO PAULO, orient.
II. Título.

ANGÉLICA AZEVEDO DE MATOS

**REPERCUSSÕES TERRITORIAIS RECENTES EM VITÓRIA DO XINGU (PA): um
estudo a partir da instalação da UHE Belo Monte**

Dissertação defendida como requisito para obtenção do título de Mestre em
Geografia pela banca examinadora constituída por:

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Cargnin

Examinador 1: Paulo Roberto Rodrigues Soares - UFRGS

Examinador 2: José Antonio Magalhães Marinho - UFPA

Examinador 3: Heleniza Ávila Campos - UFRGS

Porto Alegre/RS
2022

AGRADECIMENTOS

Na caminhada do mestrado quero aqui primeiramente agradecer a Deus por ter me concedido a vida e a sabedoria, pelo entendimento e a sensibilidade da compreensão e importância de cada pessoa envolvida neste processo. Confesso que houve dias difíceis, principalmente no decorrer da pesquisa devido ao momento crítico que estamos vivenciando, uma pandemia que ceifou a vida de muitas pessoas. As vezes eu ficava sem saber o que fazer, mas a misericórdia de Deus me fortaleceu a cada dia e hoje só quero agradecer.

O meu muito obrigada de todo o meu coração à minha família e, de uma maneira muito especial, a minha mãe Sara Azevedo de Matos e ao meu pai Edilson Pereira de Matos, que são o meu alicerce, sempre me apoiando, protegendo e ensinando valores e princípios. Com eles a trajetória desde do início até a conclusão deste trabalho se tornou mais leve e suave.

Agradeço aos meus irmãos Flávio, Ana Claudia, Elvis e David pelo apoio e os momentos de descontração. Os meus sobrinhos Aila, Arthur, Gael e Pedro que muitas vezes tornaram os dias mais leves com a suas presenças trazendo a alegria de criança, com brincadeiras entre a leitura de um livro e outro.

Deixo aqui toda a minha gratidão aos meus amigos Bruno Alves e Patrícia Barbosa pelo incentivo e por acreditarem na minha capacidade intelectual desde o início do que era apenas um sonho que começou na graduação e estiveram ao meu lado durante toda a caminhada, hoje é realidade. Bruno e Patrícia são seres humanos incríveis. Sua ajuda e colaboração foram cruciais para a concretização do que era apenas um sonho e agora se torna realidade.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e ao curso de Pós-graduação em Geografia (POSGEA) pelo acolhimento e receptividade quando cheguei para cursar o mestrado que hoje encerro. Obrigada pela oportunidade de poder retribuir através desta dissertação os resultados do aprendizado obtido nesta instituição pública de qualidade.

Agradeço de forma especial a minha querida amiga Sirley Knust (in memoriam), que me recebeu tão bem em sua casa quando cheguei a Porto Alegre. Ela e seu filho Henrique me proporcionaram uma estadia agradável em sua casa nos primeiros dias em que cheguei ainda sem conhecer nada e nem ninguém na cidade. Eles foram essenciais. Deixo aqui a minha eterna gratidão.

Aqui agradeço aos professores do POSGEA que compartilharam seus conhecimentos comigo durante as aulas, no qual tive a oportunidade de obter mais conhecimento da ciência geográfica.

Agradeço também aos amigos do POSGEA que tive a oportunidade de conviver durante as disciplinas: Camila, Diego, Ricardo, Carla, Sidney, que serão sempre lembrados pelos momentos que vivemos no Campus do Vale. Os meus amigos Paulo e Rosiely Reis que me receberam de braços abertos com aquele sorriso largo, vocês foram fundamentais na minha caminhada enquanto cursava as disciplinas, sempre que podíamos estávamos juntos jogando conversa fora e isso amenizava a ausência que sentia de casa e dos amigos, serei eternamente grata. O meu amigo Joel que conheci durante as aulas da professora Rosa, no qual ele se fez presente e a partir de então sempre que, seja para fazer um tour pelo Campus do Vale enquanto íamos almoçar no RU ou mesmo para me levar para conhecer um pouco mais de Porto Alegre, o meu obrigada.

Também não posso esquecer de agradecer aos meus amigos Otávio, Caique, Amanda, Helayne, Édio, Danielly e Francilene pelo apoio a mim dado quando precisei me ausentar do meu local de trabalho para realizar a prova de conhecimentos da seleção do mestrado do POSGEA em Porto Alegre - RS, eles prontamente me substituíram nas escolas as quais eu trabalhava.

A minha amiga Maria Francisca que sempre me incentivou e me apoiou com conselhos e ligações quando estava em Porto Alegre e fazia eu não me sentir tão só com as nossas conversas.

A minha amiga Francinete Araújo que em todas as minhas visitas a sede de Vitória do Xingu estava sempre disposta a me receber de braços abertos em sua casa durante a minha pesquisa, o meu muito obrigada.

Agradeço especialmente o meu orientador Antonio Paulo Cargnin, pela compreensão e a paciência que sempre teve comigo na condução da pesquisa, sempre me incentivando a independência na produção intelectual. O compartilhamento dos seus conhecimentos sobre as repercussões territoriais e os atores fizeram a diferença, e acreditou no meu potencial e hoje só tenho a agradecer pela oportunidade e credibilidade.

E para encerrar, o meu sincero obrigada aos envolvidos nas repercussões territoriais de Vitória do Xingu.

RESUMO

Nesta dissertação, aborda-se sobre as repercussões territoriais recentes em Vitória do Xingu, estado do Pará. O processo de transformação do espaço urbano e rural de Vitória do Xingu tem início a partir da instalação da UHE Belo Monte, compreendidos entre os anos de 2010 a 2020. Neste período de tempo, o perímetro urbano da cidade de Vitória do Xingu-PA sofreu alterações a partir de sua expansão territorial com o surgimento de ocupações irregulares na sede deste município, bem como de loteamentos em suas agrovilas e vilas. Deste modo, o objetivo principal desta pesquisa é analisar repercussões territoriais e transformações socioespaciais no espaço urbano amazônico da cidade de Vitória do Xingu e de suas agrovilas e vilas resultantes dos impactos da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Assim, buscou-se compreender quais os principais os fatores que corroboram para as repercussões territoriais recentes em Vitória do Xingu. A dissertação está assim estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, estrutura-se um olhar geográfico sobre o território estudado, tratando dos conceitos e da sua caracterização. Já no segundo capítulo, busca-se estudar a UHE Belo Monte como elemento transformador do território, em todos seus aspectos. No terceiro e último capítulo, são estudadas as repercussões territoriais e as novas configurações socioespaciais em Vitória do Xingu-PA a partir da UHE Belo Monte. Verificou-se através da análise como ocorreu o processo de transformação e expansão territorial de Vitória do Xingu, onde destaca-se a migração de pessoas em busca de emprego e da instalação de empresas prestadoras de serviços à empresa responsável pela UHE. Essa transformação e expansão urbana na cidade de Vitória do Xingu se tornou mais evidente. Tudo isto, somente foi possível através de uma pesquisa minuciosa e relatos de atores locais que contribuíram para a efetivação documental deste trabalho que evidencia como transcorreu este processo.

Palavras-chaves: Repercussões Territoriais; Hidrelétrica Belo Monte; Vitória do Xingu; Expansão Territorial; Espaço Urbano.

ABSTRACT

In the present dissertation is discussed about the recent territorial repercussions in Vitoria do Xingu, state of Pará. The process of the urban and rural space transformation of Vitória do Xingu has started with the beginning of the HPP Belo Monte implementation, between the years 2010-2020. In this period, the urban perimeter of Vitoria do Xingu-PA underwent modification on its territorial expansion with the emergence of irregular occupations in this municipal seat, as well as allotments in its agricultural settlement and villages. Therefore, the main objective of this research is to analyze territorial repercussions and socio-spatial transformations in the Amazonian urban area of Vitoria do Xingu city and its agricultural settlement and villages resulting from the constructions impacts of the Belo Monte hydroelectric power plant. Thus, it was sought to understand the main factors that support these recent territorial repercussions in Vitoria do Xingu. The dissertation is structured in three chapters, in addition to introduction and final considerations. In the first chapter, a geographical look at the studied territory is structured, concerning the concepts and their characterization. In the second chapter, it is sought to study The Belo Monte HPP as a transforming element of the territory, in all its aspects. In the third and final chapter, the territorial repercussions and the new socio-spatial settings in Vitoria do Xingu-PA begging with Belo Monte HPP are studied. It was verified through the analysis how the transformation process and territorial expansion of Vitoria do Xingu occurred, where the people migration seeking for employment and the installation of companies providing services to the company responsible for the HPP stands out. This transformation and urban expansion in Vitoria do Xingu City became more evident. All that was only possible through thorough research and reports of local actors who contributed to the documentary implementation of this work that evidences how this process took place.

Keywords: Territorial Repercussions; Belo Monte Hydroelectric; territorial expansion; Urban Space

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Localização Geografia de Vitória do Xingu-PA	14
Figura 2. Mapa de Localização Geográfica da UHE Belo Monte	30
Figura 4. Mapa de Localização Geográfica dos Municípios da AID	33
Figura 5. Vista Aérea de Vitória do Xingu-PA.....	38
Figura 6. Mapa da Malha Urbana de Vitoria do Xingu	44
Figura 7. Segmentos que compõe a Norte Energia.....	49
Figura 8. UHE Belo Monte	51
Figura 9. Mapa de Localização Geográfica das macrozonas urbanas de Vitória do Xingu.....	54
Figura 10. Instalação da rede de esgoto/ Abertura de vala e instalação da rede de esgoto	56
Figura 11. Ocupações da Cidade de Vitória do Xingu	57
Figura 12. Estrutura de algumas casas nas ocupações do Paulistinha e do laticínio	59
Figura 13. Imagem aérea das áreas de Ocupação	59
Figura 14. Noticiário sobre a ocupação de áreas irregulares em Vitória do Xingu	60
Figura 15. Sede da Empresa Sotreq na Agrovila Leonardo da Vinci	63
Figura 16. Evolução da Malha Viária da Agrovila Leonardo da Vinci.....	64
Figura 17. Imagem área do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu	65
Figura 18. Mapa de Localização da Vila Santo Antônio, Vitória do Xingu	66
Figura 19. Registros Fotográficos da Vila.....	70
Figura 20. Embarcações	71
Figura 21. Localização Geografia Vila Belo Monte	73
Figura 22. Ruas Pavimentadas e Estação de Tratamento de Esgoto.....	74
Figura 23. Pavimentação de Ruas na Vila Belo Monte.....	75
Figura 24. Vista Aérea da Vila Residencial de Belo Monte.....	76
Figura 25. Mapa da mancha urbana de 2011 de Vitória do Xingu-PA	82
Figura 26. Mapa da Mancha Urbana de Vitória do Xingu-PA - 2020	83
Figura 27. de ocupação onde anteriormente abrigava pastagens	85
Figura 28. Novo Equipamentos Urbanos de Vitória do Xingu	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução no ranking da posição do PIB PER CAPITA de Vitória do Xingu e Altamira em relação ao total do estado do Pará.....	16
Tabela 2. Dados das Ocupações Recentes	58
Tabela 3. Empresas cadastradas e atuantes em Vitória do Xingu.....	88
Tabela 4. Evolução do número de empregados na classe CNAE 2.0 em diversos seguimentos no município de Vitória do Xingu (2010 – 2019).....	90
Tabela 5. Caracterização dos entrevistados	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – Um Olhar Geográfico Sobre o Território no Contexto das Novas Espacialidades a partir da UHE Belo Monte	22
1.1. Território, escala, atores e repercussões territoriais: breves considerações	22
1.1. UHE Belo Monte e os Impactos na Configuração Territorial: perspectiva geográfica e metodológica.....	29
1.2. Vitória do Xingu a partir da UHE Belo Monte: caracterização da área de estudo	35
CAPÍTULO 2 – UHE Belo Monte e Seu Papel Como Agente Transformador do Território	46
2.1. UHE Belo Monte no Contexto Energético do Brasil.....	46
2.2. Expansão Urbana de Vitória do Xingu a partir da UHE Belo Monte.....	52
2.1.1. Vitória do Xingu: a sede.....	55
2.1.2. Agrovila Leonardo da Vinci	61
2.1.3. Vila Santo Antônio	66
2.1.4. Vila Belo Monte	72
CAPÍTULO 3 – Repercussões Territoriais e as Novas Configurações Socioespaciais em Vitória do Xingu-PA a partir da UHE Belo Monte.....	77
3.1 Grandes Investimentos e as Novas Configurações	77
3.2 Repercussões territoriais em Vitória do Xingu: as transformações do território urbano ...	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

As cidades amazônicas, ao longo dos anos, vêm passando por grandes transformações, em especial aquelas que receberam projetos pensados por agentes externos. No caso de Vitória do Xingu, que recebeu a UHE Belo Monte, mesmo tendo a hidrelétrica instalada em seu território, a mesma não tem sido analisada como uma cidade que recebeu impactos causados pela execução da obra e nem mesmo causados após o término da obra. Estudos sobre a cidade de Vitória do Xingu ainda são muito raros, sendo que a visibilidade maior ficou para a cidade de Altamira, que mesmo antes da construção de Belo Monte já atraía os olhares por ser a cidade polo da região, sendo detetora de uma infraestrutura que outras pequenas cidades da região não tinham.

No contexto atual da Amazônia, com a implantação de grandes projetos de exploração hidrelétricos e minerais, os estudiosos das ciências geográficas vem se empenhando em entender como vem se dando esses fenômenos, bem como suas implicações na vida dos amazônidas. Como bem diz Padinha (2015.p.5), o “[...] geógrafo amazônida advoga então a necessidade de compreendermos a Amazônia enquanto uma região, espaço dotado de particularidades específicas”. Esse é um dos propósitos que justifica e motiva a realização dessa pesquisa.

O problema central é compreender quais as principais repercussões no território em Vitória do Xingu após a construção da hidrelétrica e quais os atores que possuem papel relevante nesse processo? Para tanto, esta dissertação pretende analisar as recentes transformações ocorridas no espaço urbano amazônico da cidade de Vitória do Xingu-PA e de suas pequenas agrovilas, localizada no Sudoeste do Pará, recentemente impactada pela construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Considerando o objetivo central da pesquisa, que trata da análise das repercussões territoriais recentes no município de Vitória do Xingu (PA), a partir da instalação da Usina Hidrelétrica UHE de Belo Monte, inicialmente busca-se caracterizar o município e sua importância para a região do Xingu. Na sequência, persegue-se a identificação das repercussões territoriais, evidenciando os sistemas de objetos que se constituíram no território a partir da instalação da UHE Belo Monte. Em meio a todos os pressupostos está a verificação dos atores envolvidos no processo de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, que são considerados

fundamentais e definidores na geração de transformações socioespaciais provocadas pela construção, evidenciadas ou não durante a pesquisa.

A área de estudo é compreendida neste trabalho como área de fronteira do capital, assumido como um espaço ainda não estruturado, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político (BECKER, 1990). Essa característica resulta em uma paisagem em constante construção e movimento, transformada por diversos atores ao longo do tempo (CASTRO, 2009).

As implicações espaciais da instalação de grandes empreendimentos na Amazônia, como estradas, usinas hidrelétricas e indústrias de mineração, têm sido objeto de várias frentes de análise na Geografia e nas ciências sociais, à exemplo de estudos em Becker (1990; 2004), Trindade Jr. e Rocha (2002), Silva (2013), Trindade Jr. (2016), Miranda Neto (2016), Vainer (2007), dentre outros.

Vitória do Xingu fica no sudoeste do estado Pará, na Região Geográfica Intermediária de Altamira. Está localizada na parte central do estado, como pode ser observado na Figura 1, especificamente, na rodovia Ernesto Acioly (PA415), à margem esquerda do Rio Xingu e à margem direita do Rio Tucuruí (afluente do Rio Xingu), onde fica a sede do município (SILVA, 2016, p. 20).

O presente estudo foi desenvolvido no município de Vitória do Xingu-PA, com um recorte dedicado à sede do município e suas vilas, para fins de análise. A cidade de Vitória do Xingu fica localizada na Região Geográfica Intermediária do Sudoeste Paraense e na Região Geográfica Imediata de Altamira (IBGE). Este município tem suas dinâmicas sociais e espaciais modificadas através do capital agindo diretamente nas transformações do espaço urbano, notadamente devido à UHE Belo Monte.

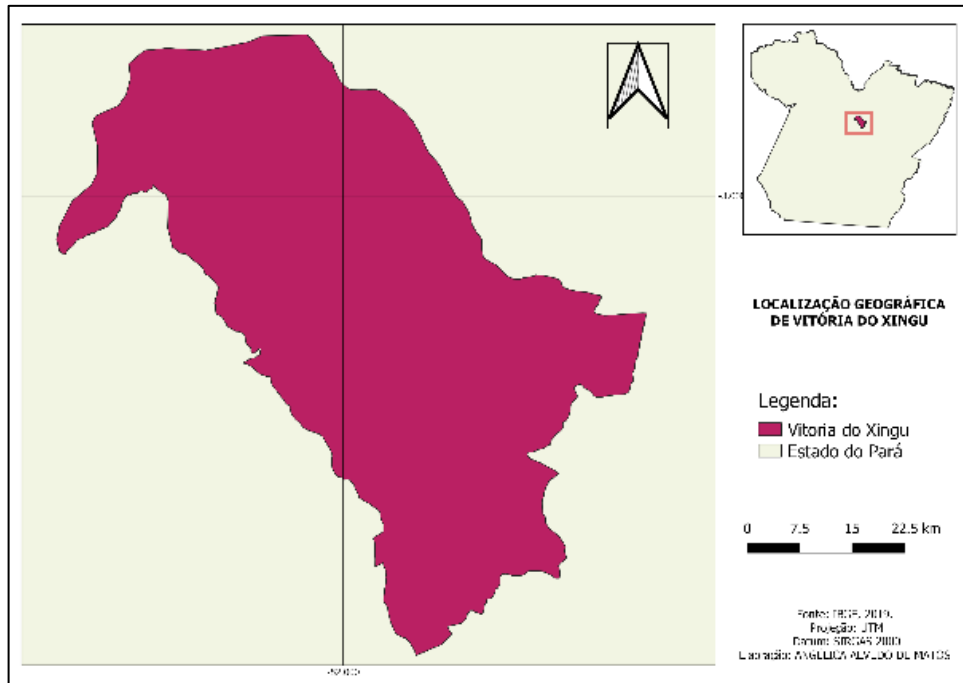


Figura 1. Mapa de Localização Geográfica de Vitória do Xingu-PA
 Fonte: IBGE, 2020. Elaboração: Angélica Azevedo de Matos

Nesse contexto, a cidade de Vitória do Xingu, vem sofrendo com as transformações ambientais e sociais drásticas. Grande parte dessas transformações deve-se a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, trazendo efeitos diretos à população local, no que diz respeito à relação com o lugar de vivência.

Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir para as discussões acerca das problemáticas advindas dos grandes projetos na Amazônia, sobretudo, do ponto de vista local. A partir da construção da UHE Belo Monte no rio Xingu, busca compreender as repercussões territoriais das áreas impactadas, tendo como área de estudo o município de Vitória do Xingu-PA.

Esta Usina Hidrelétrica está localizada no município de Vitória do Xingu, estado do Pará, sendo esta UHE constituída por uma barragem principal no Rio Xingu, duas casas de força (a principal e a complementar), dois reservatórios, o reservatório do Xingu e o reservatório intermediário (NORTE ENERGIA, 2009), conforme observa-se na imagem abaixo (Figura 2), o arranjo geral da UHE citada:

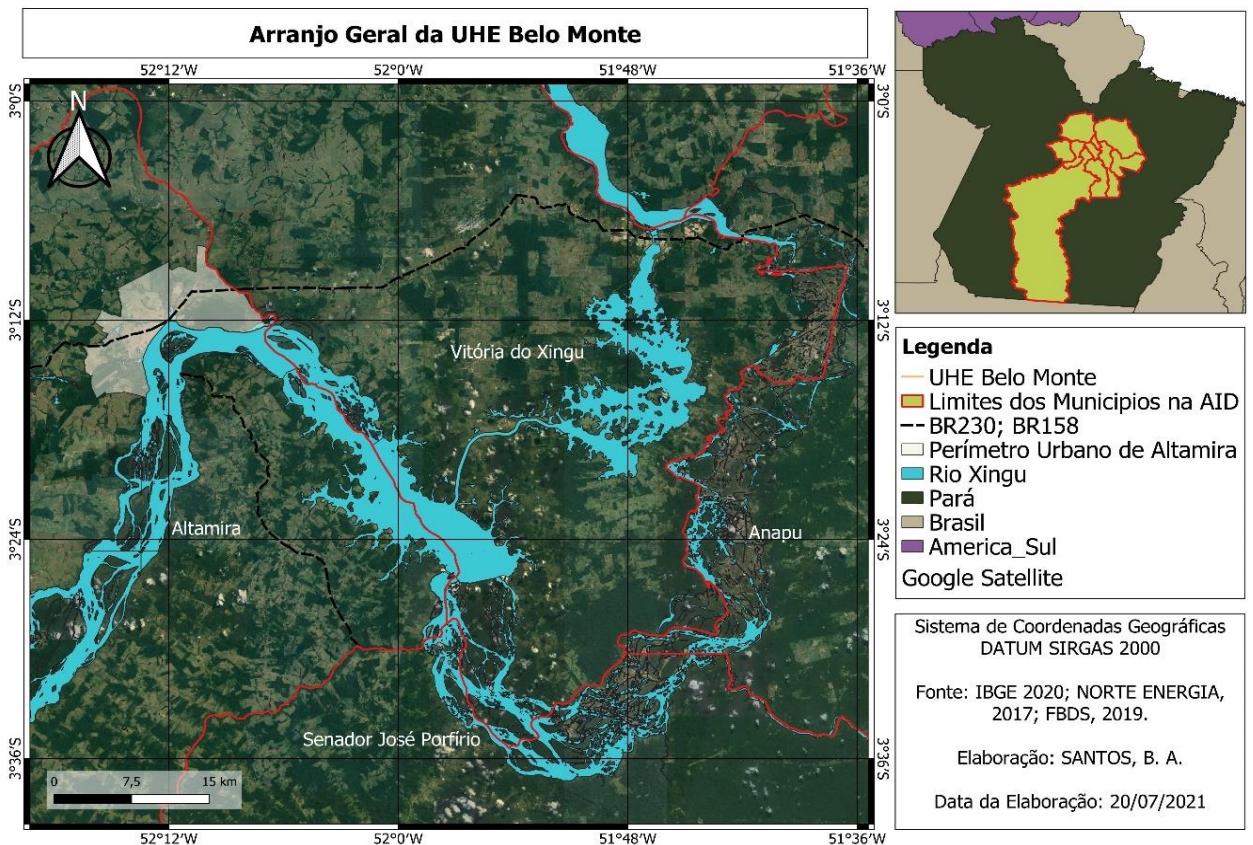


Figura 2. Mapa de Localização Geográfica da UHE Belo Monte
 Fonte: EIA/RIMA, 2009. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

A realização deste trabalho segue o intuito de se registrar as repercussões ocorridas nas cidades que recebem a instalação de grandes projetos elétricos na Amazônia. Além disso, busca fornecer informações que possam ser úteis para os gestores e para o planejamento, principalmente, sobre os estudos que visam analisar as mudanças agravadas pelo aumento considerável da população. Esse fenômeno de crescimento abrupto, se registra com a chegada de pessoas das mais diferentes regiões do país a procura de trabalho, devido às propagandas de trabalho fácil, sem a existência de um planejamento prévio que embasasse esse rápido crescimento.

Com a construção da UHE Belo Monte houve um aumento populacional principalmente no decorrer da obra e, com isso, houve mudanças estruturais nas áreas urbanas e rurais. Após o término das obras, houve um grande aumento da incidência de pessoas saindo da cidade em busca de novos postos de trabalho, já que não ficaram instalados postos de trabalho permanentes para que a população se mantivesse ocupada. Os maiores empregadores ainda continuam sendo a prefeitura e, nas áreas rurais, fazendas ou pequenas propriedades.

Mesmo se considerando a mão de obra familiar, especialmente nas pequenas propriedades que não constam nas estatísticas oficiais de emprego formal, o percentual da população ocupada em 2019, segundo estimativa do IBGE foi de 15,5% da população. Esse é um número pequeno em relação a população total e a informalidade, possivelmente, seja a alternativa encontrada pelos trabalhadores locais, absorvendo um número de trabalhadores maior do que os dados do IBGE mostram. Além disso, ainda existem muitos estabelecimentos comandados por familiares e esse quantitativo acaba não entrando nos dados oficiais.

No Censo Populacional do IBGE de 2010, Vitória do Xingu contava com uma população de 13.431 pessoas. As estimativas para 2020 mostram que o município conta com 15.279 pessoas, sendo que a maioria da população vive na área rural. Durante o pico da obra, o produto interno bruto (PIB) de Vitória do Xingu teve um crescimento considerável. Os dados do PIB per capita, calculados pelo IBGE, mostram essa evolução, pois em 2010, o município ocupava a 46^o posição no ranking em arrecadação, mudando para a 1^o posição do ranking de arrecadação em todo o Estado do Pará em 2017, como pode ser observado na Tabela 1.

Posição do PIB Per Capita de Vitória do Xingu e Altamira em relação ao total do Estado		
Ano	Vitória do Xingu	Altamira
2010	46 ^o	31 ^o
2011	41 ^o	14 ^o
2012	25 ^o	4 ^o
2013	6 ^o	4 ^o
2014	5 ^o	3 ^o
2015	3 ^o	6 ^o
2016	2 ^o	16 ^o
2017	1 ^o	17 ^o

Tabela 1 – Evolução no ranking da posição do PIB PER CAPITA de Vitória do Xingu e Altamira em relação ao total do estado do Pará

Fonte: IBGE 2019, elaboração da autora

A análise das repercussões territoriais em diferentes escalas tem avançado, tanto do ponto de vista teórico como metodológico (CARGNIN, 2014; HAMMES, 2018; VANACOR, 2020). Essas abordagens partem da valorização do território como lócus das práticas espaciais e também da complexidade que os territórios estão submetidos em um mundo globalizado.

Para Castro (1995), o uso da escala como instrumento de análise é retomado por Yves Lacoste (1976), que define níveis escalares e sua integração. Entretanto, é Racine, Raffestin e Rufy (1983) que desenvolvem o tema da diferença entre escala geográfica e cartográfica, tratando a escala como um elemento de compreensão da totalidade que vai além da soma das partes. A escala emerge assim como perspectiva analítica e metodológica que permite a problematização dos fenômenos podendo, de acordo com Cargnin (2014), ser utilizada como uma estratégia de apreensão da realidade que é extremamente complexa.

Nesse estudo, a identificação das escalas relevantes foi pautada na revisão bibliográfica e na análise de registros documentais ou de resultados que puderam ser mapeados. Foram identificadas as escalas global, nacional, estadual e regional, como relevantes para o tema.

O método de procedimento utilizado mescla técnicas quantitativas, através da utilização da análise espacial; e qualitativas, com a realização de entrevistas dirigidas, com os atores envolvidos ou sua representação institucional. Desse modo a pesquisa se caracteriza em uma combinação entre pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, segundo classificação de Gerhardt e Silveira (2009).

O percurso metodológico de estruturação e desenvolvimento desta pesquisa seguiu caminhos que não só permitiram a compreensão, mas também valorizaram a interpretação dos sujeitos acima do objeto de pesquisa. Foram identificados os parâmetros para coleta e tratamento de dados e informações a partir da análise das diferentes escalas e atores, considerando os objetos não como algo definitivo, mas, como elemento do território que está sofrendo mudanças.

A pesquisa buscou compreender as diferentes mudanças e transformações ocorridas nos diferentes momentos do processo de construção do Complexo UHE Belo Monte podendo ser estas tanto qualitativas e quantitativas.

No que tange aos procedimentos recorreu-se a pesquisa documental e a relatórios técnicos do poder público, e ainda a relatórios apresentados pela empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte Norte Energia S.A (2010), além dos EIA RIMA (2009), bem como ao trabalho de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Assim, os procedimentos metodológicos orientados ao desenvolvimento e a estruturação da realização deste trabalho foram baseados em dois momentos: no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico e documental das

temáticas referentes à repercussão territorial, produção do espaço, desigualdades socioespaciais, e os grandes projetos Hidrelétricos na Amazônia.

No segundo momento foi realizado o trabalho de campo, com o objetivo de coletar informações primárias acerca das repercussões do território em Vitória do Xingu, e seus aspectos socioespaciais. Buscou-se ouvir os principais atores sobre seu olhar da realidade vivenciada por eles com as mudanças causadas pelo aumento populacional devido às obras de construção da UHE Belo Monte, frente à falta de acesso a recursos básicos e essenciais à vida, como saneamento, educação e segurança. Neste momento da pesquisa buscou-se informações com os atores locais, como moradores das áreas de ocupação, em áreas rurais com maior fluxo de pessoas e que tem características da área urbanizada, atores políticos e econômicos (empresários locais).

Para isso, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado e observação contínua do espaço com a abordagem das mudanças que ocorrem na área urbana da cidade de Vitória do Xingu, especificando a realidade das áreas de ocupações que estão passando por intensa transformação. Neste contexto, buscou-se entender como se dão as lógicas endógenas e exógenas, as escalas e o papel de cada ator inserido no processo de instalação até o término da construção da UHE Belo Monte. Porém, durante o processo de construção da dissertação, o mundo foi assolado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), com restrições que dificultaram a realização das entrevistas.

Considerando esses aspectos, esta dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Na introdução, é apresentado o tema, o problema de pesquisa, objetivos da pesquisa, aspectos metodológicos e também os aspectos que justificam sua realização, bem como é localizada e contextualizada a área de estudo.

O primeiro capítulo faz referência a fundamentação teórica, tendo como tópico um olhar geográfico sobre o território no contexto das novas espacialidades a partir da UHE Belo Monte. A partir do início das obras foram surgindo novas lógicas no município de Vitória do Xingu, tais lógicas estão fundamentadas nos conceitos de território, escala e atores. Para tanto, foram utilizados os estudos de autores que tratam deste tema como Barbosa (2007), Becker (1990), Corrêa (1995), Haesbaert (2005; 2011), Miranda Neto (2016), Oliveira (1997), Raffestin (1993), Santos (2004), Santos e Silveira (2006), Silva (2013), Trindade Jr. e Rocha (2002), Trindade Jr.

(2011), Cargnin (2014), Vainer (2007), Rosière (2006), Subra (2016), dentre outros, além de relatórios técnicos apresentados pela empresa responsável pela construção da UHE Belo Monte.

A questão do território está fundamentada na forma e no uso do território. De acordo com Santos (2014), há diferentes possibilidades de uso do território pelas firmas, principalmente em lugares com uma disparidade em densidade demográfica, econômica, de rede de transporte entre outros fatores. No caso da UHE Belo Monte construída em Vitória do Xingu, as funções do território e suas formas de uso acontecem simbolicamente e funcionalmente. Isso se dá através da simbologia e do significado que o indivíduo exerce sobre território, estando este ligado à sua territorialização e sua maneira de apropriação. Assim, a complexidade dos usos do território se dá por atores que transitam em diferentes escalas.

As escalas podem ser relacionadas com os interesses, podendo ser escala, mundial, nacional, regional ou local. Para Becker (2009), em nível global a Amazônia é vista como um espaço que precisa ser preservado pois daí depende a sobrevivência do planeta. No nível nacional, os interesses são diversos, mas ainda é vista como uma fronteira de recursos. A escala regional e a local ainda é uma expansão para o futuro em uma dinâmica territorial em transformação, neste sentido as escalas se relacionam entre si.

Os atores possuem o seu papel na construção do território. No caso da construção da UHE Belo Monte, cada ator inserido no processo tem sua contribuição e cada um apresenta o seu protagonismo na estruturação do território. De sua atuação temos as repercussões sobre o território no qual está inserido.

O segundo capítulo trata da UHE Belo Monte e o seu papel como elemento transformador do território. A construção da usina teve início a partir de estudos desenvolvidos ainda durante a década de 1970, onde a empresa Eletronorte realizou o mapeamento de locais para barramento do rio. Já em 1980, começam os estudos para a construção do complexo hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara e Kararaô, projetos controversos, no qual a última deu origem a UHE a Belo Monte. Devido aos altos impactos de remoção que seriam causados aos indígenas, novamente foram paralisados os estudos para a construção da usina. Em 1989, começam os estudos de viabilidade para construção da UHE de Belo Monte, no entanto divergências sobre os impactos socioambientais e as áreas atingidas, levaram a suspensão do financiamento da obra. Em 1994, houve uma revisão dos estudos de

viabilidade, com uma diminuição na área de inundação. Mas, mesmo com a diminuição da área de inundação, durante as audiências públicas sobre a construção da UHE de Belo Monte, houve muitos protestos contrários a construção da mesma.

Em fevereiro de 2010 o IBAMA concedeu licença prévia da obra. Em abril de 2010 o Governo Federal realizou o leilão de concessão de construção da UHE de Belo Monte. Em junho de 2011 o IBAMA emitiu a licença de instalação de N° 795/2011, no qual permitia o início da obra. Já em novembro de 2015, o IBAMA concedeu a licença de operação de N° 1317/2015, permitindo que se encaminhasse a fase de operação. No dia 5 de maio de 2016 foi inaugurada a fase de operação da UHE de Belo Monte. A companhia Norte Energia S.A foi a responsável pela construção da mesma (Norte Energia, 2018). Uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a UHE de Belo Monte tem capacidade instalada de 11.233 MW. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), essa energia, gerada em sua totalidade, representa 33% da expansão de capacidade do país prevista para o período 2015-2019, equivalente ao abastecimento de 18 milhões de residências ou correspondente ao consumo das regiões Sul e Nordeste juntas, que representa cerca de 10% do consumo nacional. A execução do projeto também se associa ao crescimento da produção da indústria brasileira, especialmente na primeira década deste século, com isso a necessidade de um volume maior de geração de energia. Em síntese, trata-se de um conjunto de necessidades geradas pelo modelo de desenvolvimento, com alta urbanização e baseado no consumo.

Conforme Barbosa (2007), o processo de urbanização é caracterizado, entre outros fatores, por um crescimento acelerado da população urbana em relação ao rural, no qual o urbano adentra cada vez mais no meio rural. A relação entre o campo e a cidade está cada vez mais presente nos dias atuais, não sendo diferente a realidade da região amazônica, onde o rural e o urbano estão interligados. No caso das ocupações irregulares, elas estão em uma configuração urbana, mas não pertencem ao urbano e sim ao rural por ainda não estarem atreladas à rede urbana do município. Para isso, é preciso fazer uma nova delimitação do urbano e do rural, sendo que as diferenças principais estão na questão da regularização das áreas, para então se cobrar impostos. Também é necessária a implantação de infraestruturas como pavimentação das ruas, iluminação pública, abastecimento de água tratada, para então poder se fazer a reestruturação da cidade no que se diz do espaço urbano.

O terceiro capítulo é um apanhado sobre as repercussões territoriais e as novas configurações socioespaciais de Vitória do Xingu a partir da UHE Belo Monte. Nesse tópico, realizou-se um esforço no sentido de analisar as ocupações irregulares no perímetro urbano e na sede do município de Vitória do Xingu, ocasionadas pela influência da UHE Belo Monte, bem como verificar como as mesmas repercutiram sobre o território de Vitória do Xingu. Buscou-se, demonstrar a alteração do espaço urbano em função da atração de pessoas a procura de empregos no empreendimento, por meio da análise das formas de ocupação do solo e os atores sociais envolvidos na produção das ocupações irregulares.

O rio Tucuruí tem uma importante influência na formação e na história local, além disso é um afluente do rio Xingu. O Porto Vitória, onde atualmente se encontra localizada a sede do município, fica às margens do rio Tucuruí, e é de grande importância para os municípios da região do Xingu.

Em seu surgimento, Vitória do Xingu foi se caracterizando como uma pequena cidade Amazônica, por ser uma das cidades dispersas na floresta e, principalmente, pelo fato de a maior parte da população possuir vínculo econômico com as áreas rurais e não diretamente com o centro urbano. As populações inicialmente buscavam suas economias na pesca e no extrativismo, ao longo dos rios e nas densas florestas. No entanto, Vitória do Xingu passa a ser de extrema importância nos últimos anos, pois se destaca por se tornar um atrativo de migração para pessoas de diferentes lugares em busca de emprego, justamente porque a cidade passa a receber um grande projeto que estimula o crescimento urbano.

Nas considerações finais são apresentados elementos discutidos durante a realização de pesquisa, ressaltando os principais resultados à luz dos objetivos propostos. A seguir são apresentadas as referências bibliográficas e listados os anexos.

CAPÍTULO 1 – Um Olhar Geográfico Sobre o Território no Contexto das Novas Espacialidades a partir da UHE Belo Monte

1.1. Território, escala, atores e repercussões territoriais: breves considerações

O território, como um dos conceitos centrais de estudo na ciência geográfica, é analisado por inúmeros pesquisadores, que se debruçam para definir sua conceitualização. Muito embora o conceito de território não seja exclusivo da Geografia, sendo este objeto de estudo por outras ciências, como a ciência política, a economia e a antropologia, o território, mesmo do ponto de vista geográfico, pode ser definido por diferentes olhares segundo os sujeitos e suas intencionalidades.

Na dimensão multiescalar, o território está organizado em diversas escalas geográficas desde a local até a internacional. Segundo Saquet, Candiotto e Alves (2010), o território:

[...] significa, acima de tudo, movimento histórico e interações socialmente definidas, ou seja, corresponde a uma construção histórica que é, simultaneamente, relacional. Sua produção é social, porém, envolve e é envolvida, ao mesmo tempo, pelos processos naturais que estão no homem e nos demais componentes naturais de nossa vida. O território contém, assim, elementos característicos dos processos sociais e naturais em interações historicamente definidas (SAQUET; CANDIOTTO; ALVES, 2010, p. 55-56).

Nesta perspectiva, “os territórios manifestam-se nos lugares, porém a territorialização combina aspectos gerais ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza com elementos específicos de cada lugar” (SAQUET; CANDIOTTO; ALVES, 2010, p. 60).

Para Raffestin, o território é uma produção a partir do espaço, ou seja, o espaço vem antes do território:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como, se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. E uma

produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, sé inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Na abordagem de Raffestin (1993), o território é entendido como um espaço que foi delimitado e demarcado, ao qual, para se conhecer o território é necessário praticar a observação de “pontos de vista diferentes” (RAFFESTIN, 2009, p. 18). O conceito de território na concepção de Raffestin é “uma abordagem relacional na qual o território é formado pelas relações de poder multidimensionais e a territorialidade é o produto dessas relações”.

Souza (1995) diz que o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). O autor coloca que “Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior.” (SOUZA, 2014, p. 108).

Para este autor, o conceito de território pode ser usado nas mais diversas escalas e temporalidades para além do espaço físico. Na concepção de Souza, o conceito de território tem origem na Geografia Política, e, no contexto histórico, ancorado nos conceitos de poder, de nacionalidade e de relações políticas.

Em Haesbaert (2005), o conceito de território tem um sentido bem além do tradicional, do político, este traz o simbolismo, carregado de marcas do vivido.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775).

Para o autor, o território possui uma dimensão simbólica e outra funcional. Segundo este autor, a territorialidade está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significados ao lugar.

Nesse sentido, a territorialidade está diretamente ligada ao território e a como as pessoas que se apropriam deste, seja ele político ou social. Assim, “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” (HAESBEART, 2005. p, 3).

O território é entendido em seu sentido de uso, e como tal é o lócus onde se desenvolvem práticas espaciais relacionados aos atores presentes no espaço geográfico, podendo ter múltiplas dimensões (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Desta forma, o território condiciona os atores inseridos no mesmo. Saquet (2015, p. 128), corrobora com esta ideia ao dizer que “as forças sociais efetivam o território, o processo social no espaço geográfico em diferentes centralidades e territorialidade”, podendo assim se transformar em diferentes épocas. Nessa mesma linha, Carginin (2021, p. 61), afirma que essa “abordagem, preocupa-se em compreender o espaço em sua totalidade, considerando as diferentes categorias do espaço, pouco presente na teoria social crítica”.

Deste modo, cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade em que os indivíduos e as sociedades vivem (RAFFESTIN, 1993, P.161). A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, sendo criadas novas territorialidades de acordo com as necessidades dos sujeitos que irão fazer uso dela.

Para Santos (2004), o:

[...] sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participativa: uma familiaridade que era fruto de uma história própria da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo (SANTOS, 2004, p.328).

Desta forma, surgem as novas territorialidades que de acordo com Haesbeart (2004, p. 20) “não há como definir” o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”, pois, todo indivíduo tem um território no qual ele está inserido de forma que sempre estão buscando sua territorialização de alguma maneira. Ainda de acordo com Haesbeart (2005), os objetivos dos processos de:

[...] territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. (HAESBEART, 2005. p, 5).

Para Simoni-Santos (2013, p. 21), a base do avanço da fronteira é o urbano que se expande no território, seja a partir da nucleação, com o aparecimento de vilas

e cidades que servem de apoio à moderna atividade industrial ou agrícola, ou mesmo nas formas mais atuais de produção e apropriação do território.

A abordagem territorial de Heidrich (2010), afirma que o “território tem a ver com a ação de um ator social, que pode ser uma instituição, um indivíduo ou uma coletividade” (HEIDRICH, 2010, p. 27). Para o autor a:

[...] abordagem territorial pode ser vista como um campo de reflexões que se refere (a) à territorialidade das instituições e das sociedades, que envolvem o poder político; (b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; (c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrelaçamento de poderes políticos e sociais (HEIDRICH, 2010, p. 28).

Este autor refere-se ao território como a “relação que reúne, totaliza e abarca”, e a multiterritorialidade como as relações que permitem contatos e que se articula em planos diferenciados. Assim, cita-se que uma das formas de se estudar a territorialidade é através do uso da terra considerando as relações de poder (HEIDRICH, 2010, p. 29).

Nessa assertiva, Milton Santos diz que o território está sujeito a diversas transformações e que diante da necessidade de “analisar sistematicamente a constituição do território”, pode-se falar em “território usado” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 20).

“O uso do território pode ser definido pela **implantação de infraestruturas**, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação **sistemas de engenharia**, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 21, grifos da autora).

A partir de Santos e Silveira (2003) entende-se que o território apresenta modificações diante da ação de seus atores perante as regionalizações e os períodos históricos. Santos e Silveira (2003) definem o território como “extensão apropriada e usada”, que pode ser considerada pelo autor como “sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS E SILVEIRA, 2003, p.19-20).

Se o território é para Sack (1986, p. 20), o resultado das relações sociais, a territorialidade 'é uma estratégia para estabelecer graus diferentes de acesso às pessoas, as coisas e relações'. Segundo o autor (Sack), a territorialidade possui três características que são interligadas: (1) Classificação ou definição de áreas; (2) Comunicação; (3) Forma de coesão ou controle. A definição de

territorialidade não somente esclarece o que é territorialidade mas sugere o que ela pode fazer (PLEIN et al, 2009 p. 53).

O território, nesse sentido, é entendido como reflexo das práticas espaciais, assumindo elementos da dinamicidade espacial, ocorrendo de forma rápida como consequência da globalização e da flexibilização das relações de produção que caracteriza o mundo contemporâneo (SANCHES, 2020, p. 24). Sendo assim, constitui-se em um produto da organização em âmbito social com a territorialidade como as ações ou estratégias utilizadas para controlar determinada área.

Becker (1983), diz que:

O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações do poder (BECKER, 1983, p. 8 apud PICINATTO et al, 2009, p. 69).

O uso do território depende da escala ao qual cada ator está inserido, podendo este ser local, nacional ou internacional. Para entender a dinâmica das escalas é necessário saber o papel dos atores nos diferentes processos de constituição do conceito.

No que tange às escalas, Becker (2009) que as

[...] escalas se relacionam entre si; as características e a dinâmica de qualquer escala geográfica só podem ser entendidas em termos de seus laços com outras escalas situadas dentro da ordem em que ela está embebida. Significa que os termos escalares globais, nacional, etc, diferem qualitativamente segundo o processo social ou formas institucionais específicas a que se referem. (BECKER, 2009, p.43).

Um dos aspectos a ser levado em conta na análise do objeto de estudo é o nível de hierarquia que cada um exerce e sua importância antes, durante e depois. Nesse caso, “se o “nível de análise” supõe aprofundamento maior ou menor do conhecimento, este pode ser variável, independente da escala” (CASTRO, 2014, p.123).

É importante salientar que a identificação correta dos níveis escalares que atuam sobre o território é um recurso fundamental para a compreensão da totalidade (SANCHES, 2020, p. 27). Também é importante que se identifique os atores que se movimentam nos diferentes níveis escalares e sua importância para a compreensão

dos fenômenos, para a compreensão dos fenômenos que se organizam sobre o território (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p.128).

Para Cargnin (2021),

Tomando como premissa que território é o lugar das práticas espaciais, resultantes da ação dos atores e que suas ações não são uniformes, o seu estudo e o planejamento não pode prescindir de um profundo conhecimento das estratégias dos atores. Essas, por sua vez, estão associadas à como os atores se movimentam nos diferentes níveis escalares e coexistem no território. (CARGNIN, 2021, p. 23)

Assim, é fundamental compreender a relação de forças que se estabelecem entre os atores que se movimentam nos diferentes níveis escalares. Nesse sentido, Subra (2016, p.8), afirma que cada ator apresenta uma história, uma cultura e diferentes capacidades de se mobilizarem. Por isso, Cargnin (2021, p. 62) afirma que dessas capacidades decorrem a força que os atores possuem de fazerem boas leituras das situações e da sua capacidade de formular estratégias.

Os atores, de acordo com Raffestin (1993, p.40), podem ser classificados em paradigmáticos e sintagmáticos, produzem no território repercussões concretas, como: nós, redes e tessituras, produzindo o espaço e atuando sobre o sistema de objetos. Para Raffestin (1993):

O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para "produzir", lato sensu, uma ou várias coisas.[...] Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado. (RAFFESTIN, 1993, p.41)

Para o autor, são considerados atores sintagmáticos os que possuem papel de protagonismo estruturação do território e das práticas espaciais. Nessa perspectiva a conformação da estrutura institucional e legal, a normatização do território, a organização das infraestruturas, são fortemente impactadas por estes atores. Já os atores paradigmáticos constituem-se em indivíduos ou grupos de indivíduos que não apresentam um programa em comum, como por exemplo a população de um país.

Para Mello-Théry (2019), os:

[...] atores nacionais relacionam-se entre si, em suas redes, e atuam bilateral ou multilateralmente, porém, a coordenação de políticas entre atores nacionais é bastante complexa e dependem de fatores especialmente políticos, e não técnicos. (MELLO-THÉRY, p. 262).

Segundo Rosière (2007 p. 283), o ator no sentido geopolítico, vai agindo sobre o território estruturando as redes e o próprio território. Neste sentido vários atores vão interagindo entre si, sob a forma de coordenação ou de confrontação.

De acordo com Subra (2017) os atores exercem uma função da geopolítica local, neste contexto o Estado não pode ser considerado um ator único e sim plural. Cada governo pode entrar em contradição com o seu antecessor já que cada um tem seu modo de governar, “esta diversidade impõe uma grande definição do que é um ator em geopolítica local. É ator toda pessoa moral ou física atuante dentro um território ou de um dado conflito territorial” (SUBRA, 2017 p, 14).

Diante das definições atribuídas pelos referidos autores citados nesta pesquisa sobre ao conceito de território, escala a atores, adota-se o território em seu sentido de uso, onde as práticas espaciais são materializadas, sendo entendido como um espaço constituído historicamente onde estão manifestadas as relações sociais, naturais e de poder, não necessariamente amalgamadas, mas de alguma maneira relacionadas.

Nesse sentido, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) no município de Vitória do Xingu-PA, impõe uma ampla conversão do espaço natural em espaço produzido, que exprime repercussões territoriais traduzidas em diversos conflitos e interesses sociais e políticos na região. Assim, de forma particular, o eixo de coexistências descrito por SANTOS (2012), produzido pela sobreposição da assincronia dos diversos momentos históricos, se cristaliza de forma a refletir um largo espectro de situações e conflitos. Seu espaço, que atesta as decisões de diferentes agentes e atores conjuga hoje elementos que partem do local ao global.

As repercussões territoriais na cidade citada referem-se a resultados oriundos da construção da hidrelétrica de Belo Monte, que teve recentes transformações ocorridas no seu território, assumido como um espaço ainda não estruturado, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. Para Becker, (1990, p. 16) esse fenômeno resulta em uma paisagem em constante construção, em movimento, transformada por diversos atores ao longo do tempo (Castro, 2009).

Por repercussões territoriais, usa-se o conceito formulado em Cargnin (2014, p.20), para o qual estas são “os resultados que podem ser identificados no território”,

aplicados principalmente a categoria da “Forma”, no conceito de Santos (2012). Para o autor a “Forma é o objeto visível de um padrão. Refere-se, ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”. (SANTOS, 2004, p.50).

1.2. UHE Belo Monte e os Impactos na Configuração Territorial: perspectiva geográfica e metodológica

Nas últimas décadas, a Amazônia, vem sendo palco de implantações de grandes projetos “ditos” de desenvolvimento nacional. Porém, a implantação destes grandes projetos, traz consigo impactos socioespaciais nas áreas de seu entorno. Desta forma, as implicações espaciais da instalação de grandes empreendimentos na Amazônia (como estradas, usinas hidrelétricas e indústrias de mineração), têm sido objeto de estudo e de análise geográfica, como de estudos de Becker (1990), Trindade Jr & Rocha (2002), Silva (2013), Trindade Jr. et al (2016), dentre outros.

Os autores citados apresentam importantes elementos a respeito da nova forma do urbano após a integração da Amazônia à economia nacional e demonstram o papel transformador dos grandes projetos de infraestrutura nesses contextos particulares. Assim, cita-se a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, que vinculou a produção do espaço urbano na Amazônia às escalas de capital global, inserindo na região novas frentes de trabalho, que carregam consigo um ritmo e intensidade de transformações discordantes da realidade local, potencializando problemas urbanos e socioambientais.

A UHE Belo Monte, foi construída na Volta Grande do Xingu a partir do ano de 2011 e constitui-se em um empreendimento de grande interesse, que merece acompanhamento no diz respeito à sua concepção, características e justificativas e pela amplitude dos impactos territoriais ocasionados ao seu entorno.

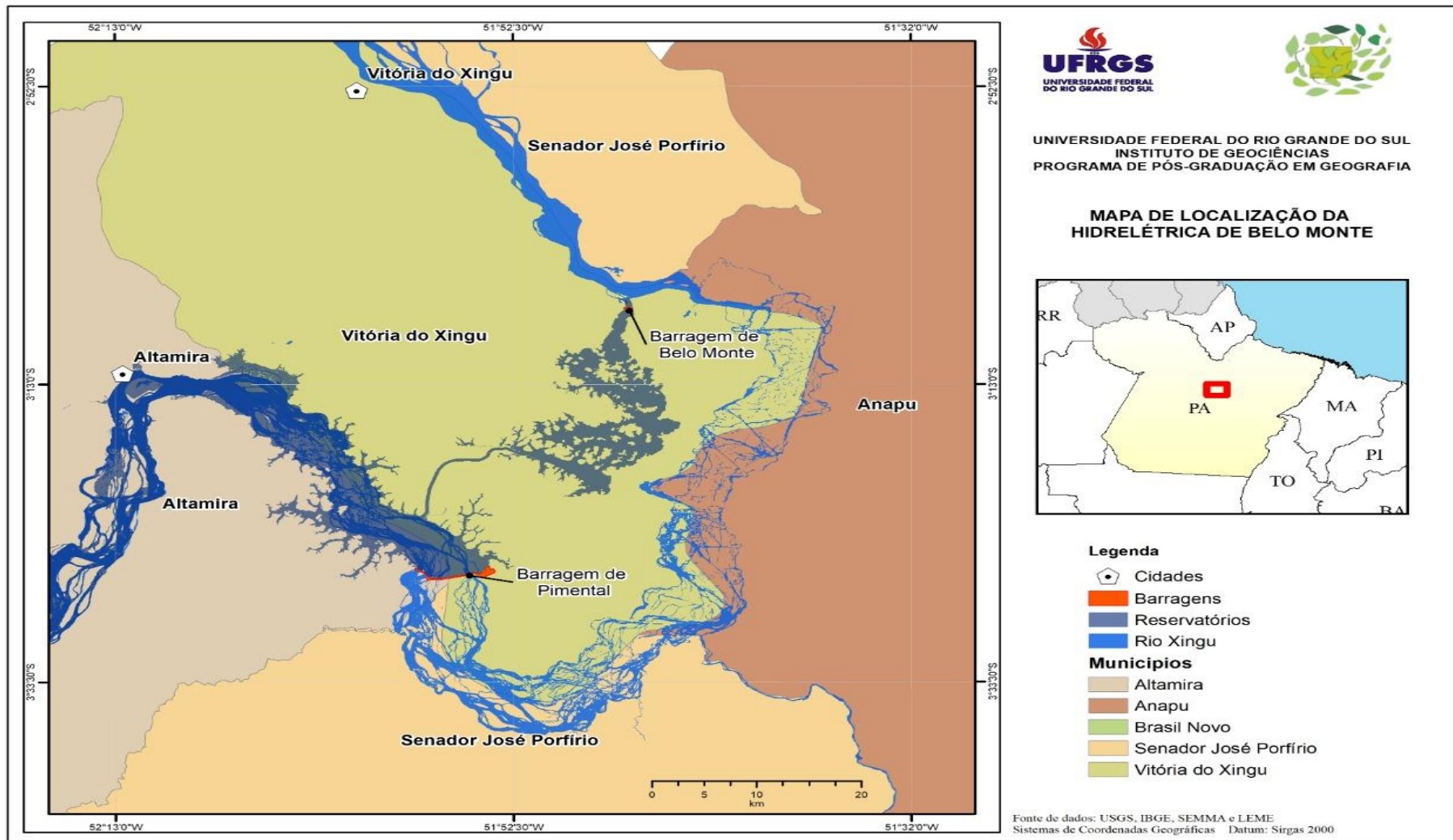


Figura 3. Mapa de Localização da UHE Belo Monte
 Fonte: IBGE, SEMMA e LEME. Elaboração: Alexandre Lobato

Menciona-se que os impactos gerados pela implantação da UHE Belo Monte são inúmeros para a região do Xingu, ocasionado mudanças e transformações significativas no seu território. No próprio EIA/RIMA desta UHE, está registrado que:

O AHE Belo Monte vai provocar muitas mudanças ambientais na região da Volta Grande do Xingu e na vida das pessoas também. Vai ter mudanças na paisagem, no comportamento das águas do rio Xingu e dos igarapés, na fauna e na vegetação (LEME, 2009, p. 80).

Os impactos socioespaciais causados nas áreas afetadas pela construção da UHE Belo Monte, são atribuídos às ações do Governo Federal e a empresa Norte Energia S.A. responsável pela hidrelétrica. No entanto, para a efetivação e construção da referida UHE foi necessário a criação de medidas reparadoras desses impactos causados pelo empreendimento.

Os estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) da UHE Belo Monte levaram em conta três áreas distintas para avaliação dos impactos socioambientais, sendo elas: (i) as áreas que estão mais distantes do AHE Belo Monte, (ii) as áreas vizinhas e (iii) as áreas das obras e do reservatório (LEME, 2009).

- As áreas mais distantes são aquelas que podem sofrer modificações indiretas, a partir das alterações que acontecerão nas áreas vizinhas ao empreendimento e naquelas onde vão estar as obras do AHE Belo Monte. Nos estudos, essas áreas são chamadas de AII – Área de Influência Indireta.
- As áreas vizinhas são aquelas que ficam em volta do AHE Belo Monte e do reservatório, chamadas de AID – Área de Influência Direta. Elas incluem não só as terras que vão ser ocupadas pelas obras e pelo reservatório, mas também aquelas que vão sofrer interferências diretas, negativas ou positivas, do empreendimento.
- As áreas das obras são aquelas que vão ser ocupadas pelas estruturas principais de engenharia e por toda a parte de infraestrutura necessária para a construção do AHE Belo Monte, como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de botafora, considerando também as áreas de inundação. Essas áreas são chamadas de ADA – Área Diretamente Afetada. As áreas do reservatório (com suas duas partes – o Reservatório do Xingu e o Reservatório dos Canais), as Áreas de Preservação Permanente e o Trecho de Vazão Reduzida também fazem parte da ADA, assim como um trecho de cerca de 15 km rio abaixo a partir do ponto onde as águas passarão pelas turbinas da Casa de Força. (LEME, 2009, p. 31)

Os impactos gerados desta UHE perpassam desde a vazão reduzida da volta grande do rio Xingu (área a jusante), o que comprometeu a navegação de populações tradicionais como ribeirinhos e indígenas. Houve o enchimento do reservatório

principal com 516 km², provocando o alagamento permanente de áreas de florestas, ilhas e praias, áreas urbanas, alterando modos de vidas da população, entre outros.

Ressalta-se ainda que houve muitos impactos na região de influência direta e indireta de Belo Monte, afetando a configuração territorial no seu entorno. Sobre isto, Carvalho (2006) aponta que

Grandes Barragens são objetos técnicos e geográficos construídos com múltiplos interesses [...] que tem por objetivo a adequação e a reestruturação continuada do território às necessidades energéticas de um país em sua inserção capitalista e globalizada (Carvalho, 2006, p.58).

Em relação a área de influência direta da UHE Belo Monte, esta compreende os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Uruará (ELETROBRÁS, 2009). A Figura 4 mostra a localização geográfica dos municípios da AID.

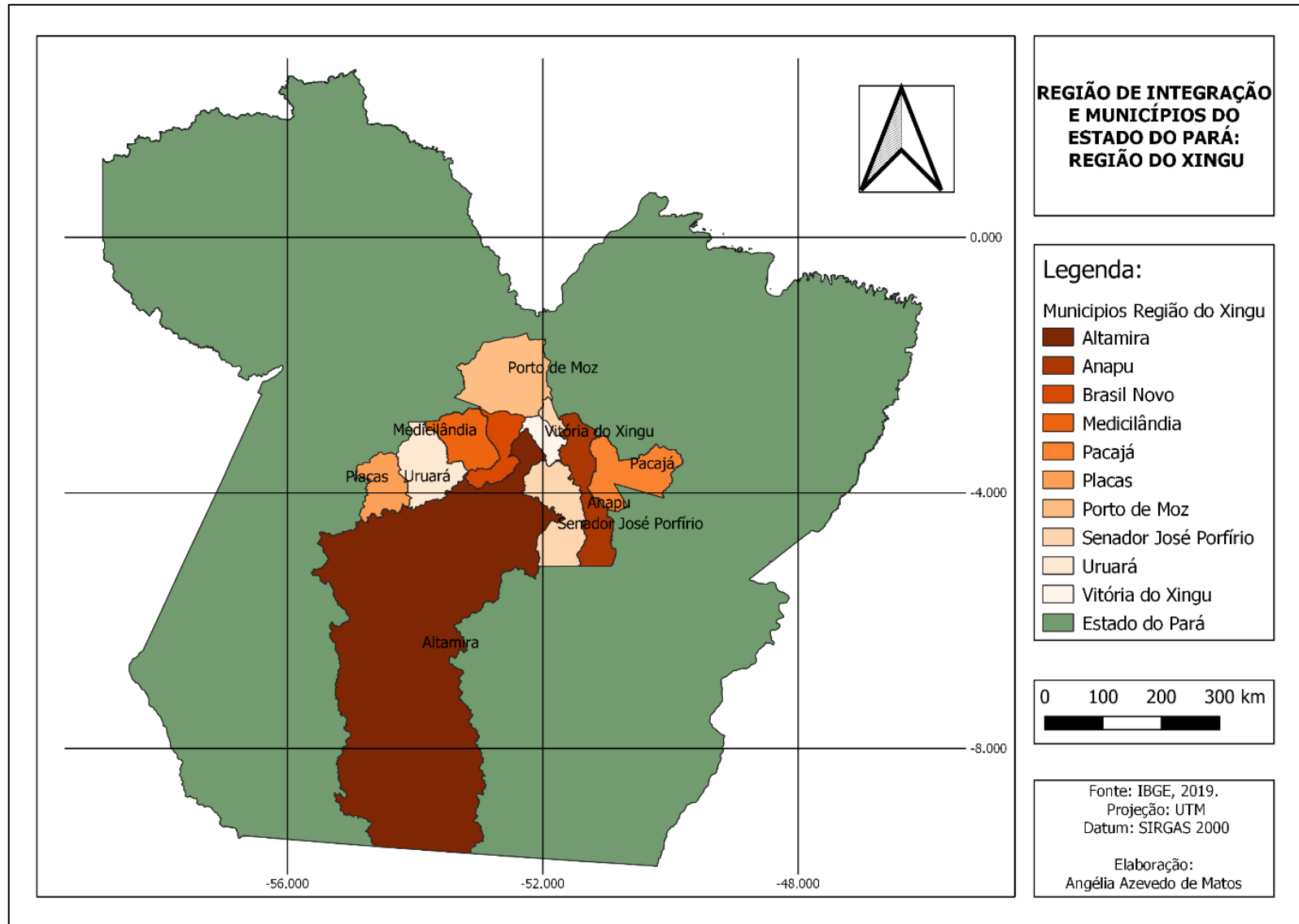


Figura 4. Mapa de Localização Geográfica dos Municípios da AID
 Fonte: EIA/RIMA, 2009. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

Nos municípios da AID, a UHE Belo Monte causou modificações no âmbito social, econômico, cultural, ambiental e na forma em que o território está configurado hoje. Neste contexto, cita-se que os grandes projetos hidrelétricos são movidos pela lógica da reprodução das relações de produção à escala local (MIRANDA NETO, 2017) e que por isso “demandam grandes mobilizações de capital, força de trabalho, recursos e energia para sua construção, assim como a urbanização do território como uma condição essencial” (TRINDADE JÚNIOR & ROCHA, 2002, p. 17-18).

A implantação do AHE Belo Monte demandará a desocupação de áreas para a formação dos reservatórios, implantação da infra-estrutura logística e construção das estruturas componentes do arranjo geral do empreendimento. O conjunto de impactos daí decorrentes torna imperativo que se definam claramente os procedimentos a serem utilizados no tratamento das populações atingidas, incluindo suas atividades produtivas (agropecuária, comércio, extrativismo) e a infra-estrutura e os equipamentos públicos e institucionais que também possam ser afetados (igrejas, escolas, centros de saúde, cemitérios) (LEME, 2009, p. 194 v33).

As transformações territoriais na região do entorno da UHE Belo Monte tiveram seu início a partir do ano de 2010, quando foi liberada a licença de instalação desta UHE. A partir de então, uma nova dinâmica socioespacial passou a vigorar, sendo que esta envolve a cidade de Vitória do Xingu e a região de influência de Belo Monte. Muitas ações de requalificação urbana contidas no Projeto Básico Ambiental da UHE em questão, foram viabilizadas pela Norte Energia (empresa responsável pela UHE Belo Monte) no contexto da política de minimização dos impactos, tratando-se de um amplo programa de intervenção que abrange as cidades de Altamira e Vitória do Xingu e nos núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal (NORTE ENERGIA, 2010).

Sabe-se que inúmeras transformações socioeconômicas e demográficas ocorrem simultaneamente às repercussões provocadas pela instalação/implantação de hidrelétricas. Essas mudanças atingem diretamente a população local que, em sua maioria, se vinculam diretamente ao advento de um extenso contingente de trabalhadores e familiares, atraídos pela possibilidade de emprego e aquisição de renda.

Na medida em que se encontram expostos à precária infraestrutura, como a falta de saneamento básico, de assistência e de acesso à saúde, além do aumento da prostituição, essas populações se veem frequentemente acometidas por doenças sexualmente transmissíveis, num cenário que tende a se agravar (BULCAO, 1994; FERRETE et al, 2004).

1.3 Vitória do Xingu a partir da UHE Belo Monte: caracterização da área de estudo

Tradicionalmente, os estudos no âmbito da Geografia, mostram um especial empenho na abordagem espaço, categoria central da Geografia. Isto ocorre porque essa categoria específica apresenta múltiplas possibilidades, as quais, em suas várias vertentes, contribuem para a explicação da realidade no mundo atual. Em Santos (2017) o “espaço é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2017, p. 21), uma vez que os objetos vão condicionar as ações, assim como as ações virão a condicionar novos objetos.

A partir dessa assertiva, considerando que o território deve ser entendido em seu sentido de uso, e por conseguinte “sinônimo de espaço geográfico”, como afirmam Santos e Silveira (2003), é possível entender como as hidrelétricas exercem controle e poder sobre a área onde são instaladas e como estas afetam significativamente o território onde são construídas. No caso nesta pesquisa, o recorte espaço-temporal é o município de Vitória do Xingu, estado do Pará, município este que recebeu a instalação da UHE Belo Monte.

Desde o início da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, o município de Vitória do Xingu, vem sofrendo repercussões territoriais, uma vez que o sistema de ações sobre o território em que se situa a área de influência direta da UHE citada é dotado de intencionalidade. Nesses locais há dinâmicas de vivência e territorialidades, em virtude de sua espacialidade oriundas das diversas relações sociais e de produção do espaço. Desta forma, é preciso entender como se deu a participação de cada um dos atores envolvidos no processo, sejam eles hegemônicos ou sociais, principalmente os atores sintagmáticos, que na concepção de Raffestin (1993), produzem o espaço.

Em um processo histórico, a formação de Vitória do Xingu se constituiu a partir de uma vila que pertencia à cidade de Altamira-PA, que usufruía do porto as margens do Rio Tucuruí para o recebimento de mercadoria e da força de trabalho. Até então, aquela vila estava subordinada politicamente e economicamente ao município citado e a tomada das decisões, que inclui o uso do capital, eram a ela vinculadas. Isso por que o fluxo econômico era transitório já que não havia fixado em seu território grandes

comércios e não existia um sistema bancário, sendo que, tudo se resolvia na sede de Altamira-PA. O atual município de:

Vitória do Xingu tem sua origem no “Porto Vitória”, pertencente à Altamira, cujo território foi constituído por parte do território dos municípios de Altamira, Porto de Moz e Senador José Porfírio (VITÓRIA DO XINGU, 2011, p. 28).

O histórico de Vitória do Xingu mostra que, nos anos 1970, esta era apenas uma vila que recebia embarcações com mercadorias que vinham das mais diferentes vilas e cidades amazônicas. As principais origens desses fluxos eram da cidade de Belém, capital do estado Pará, com destino a cidade de Altamira, que naquela época era o polo das demais vilas ao seu entorno.

A emancipação de fato aconteceu somente em 13 de dezembro de 1991, com a Lei de nº 5.701, sancionada pelo então governador Jader Barbalho, nascendo assim o município de Vitória do Xingu (Silva, 2016, p.20). A cidade de Vitória do Xingu e o seu porto, desde os primeiros anos de ocupação, foram de grande importância para as populações que se utilizavam dos rios como seu principal meio de transporte. Dentre estas cidades, destacam-se Senador José Porfírio (a antiga Souzel, nome dado a cidade no início da colonização), Porto de Moz, Macapá e muitas vilas localizadas ao longo do Rio Xingu.

Todas essas cidades ainda tem o Porto e a cidade de Vitória do Xingu como ponto estratégico para o acesso à cidade de Altamira e à Rodovia Transamazônica (BR 230), utilizando-se da rodovia Ernesto Acioly (PA 415), que liga Vitória do Xingu a cidade de Altamira.

E o rio tem um significado importante para a população local que além do seu Porto traz também aspectos culturais e simbólicos para a população local que sempre teve o seu modo de vida atrelado ao rio.

A vida das pessoas que moram em Vitória do Xingu sempre foi marcada pela paisagem de uma pequena cidade, que recebe em seu porto diversos tipos de embarcações como canoas, voadeiras, barcos de pequeno, médio e grande porte, como balsas que fazem transporte de pessoas e mercadorias. É comum a saída de embarcações carregadas de bovinos com destino a Macapá capital do estado do Amapá, como demonstra Silva (2015), ao dizer que o:

[...] município de Vitória do Xingu, no Pará, era antes somente um pequeno povoado, formado em frente à vegetação das margens do Igarapé Tucuruí, servindo de porto para Altamira receber as embarcações que vinham buscar as obras-primas desta região, como a castanha-do-pará, borracha, balata entre outros. Esta formação da Vila se deu com a chegada de nordestinos e pessoas de todas as regiões do Brasil na época do Ciclo da Borracha. Nos anos de 1970, passou à categoria de Vila, pois pertencia ao município de Altamira (SILVA, 2015, p. 20).

No período de construção da Transamazônica era apenas uma vila pertencente ao município de Altamira, como já mencionado, passando à categoria de município e ganhando importância por nela estar localizado o único porto da Transamazônica que recebe mercadorias vindas de outras cidades e do restante do país. Essa situação ocorria, principalmente no período do inverno amazônico, quando as estradas ficam quase intratáveis.

Na emancipação, no município havia somente o bairro Centro. Aos poucos foram surgindo novos bairros e ruas, que não contavam com as estruturas urbanas mínimas, como o bairro da Alegria e o Jardim Dalla'cqua.

Já no contexto das obras de Belo Monte começaram a ocorrer ocupações em áreas que antes eram tidas como rurais dando origem a novos bairros, localizadas nas proximidades do centro urbano deste Município. A cidade tem um padrão de urbanização que leva em consideração três lados de sua área que são limitados por rios e igarapés, no caso o Rio Tucuruí, Igarapé do Gelo e Igarapé do Facão, sendo que sua ocupação se desenvolveu ao longo da Av. Manoel Félix de Farias, em um primeiro momento, e a partir dela em poucas ruas transversais.

A cidade é marcadamente identificada com sua Praça Central, ao longo da Av. Manoel Félix de Farias e próxima ao Terminal Hidroviário. Nessa praça encontram-se os principais equipamentos públicos e a maior parte dos estabelecimentos comerciais.

A figura, 5 mostra a vista da área urbana da sede de Vitória do Xingu:



Figura 5. Vista Aérea de Vitória do Xingu-PA
Fonte: MPPA, 2010.

Conforme Oliveira (1997), as:

[...] cidades amazônicas foram e são produzidas a partir de contradições e de conflitos que não estão circunscritos às questões econômicas. Excluir o vivido pode ser uma forma sutil de camuflar o que o precede e o sucede. Neste sentido, a produção do urbano na Amazônia tem um componente importante que não pode ser desconsiderado enquanto configuração das cidades (OLIVEIRA, 1997, p.6).

Mesmo depois de sua emancipação, Vitória do Xingu não recebeu infraestrutura para que esse fluxo econômico deixasse de ser transitório. A cidade não contava com os serviços básicos como supermercados, bancos, farmácias ou grandes lojas, que pudessem suprir as necessidades da população que ali vivia, pois tudo na localidade era muito pequeno.

Com a vinda da hidrelétrica de Belo Monte essa situação começou a mudar, sendo que empresas começaram a se instalar na cidade. Assim, ressalta-se que a segregação em Vitória do Xingu se estabelece em relação ao urbano e a constituição da sociedade urbana e não em relação ao consumo, ao acesso aos bens e serviços ou em relação às condições de emprego, exclusivamente (SIMONI-SANTOS, 2013).

Para Raffestin (1993), um:

[...] espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Com o advento das novas tecnologias sempre surgem novos modos de relação entre o espaço vivido e o espaço concebido, de forma que cada um tem seu modo de apropriação do lugar. Essa relação passa a ser cada vez mais transitória em função da segregação socioespacial em que a sociedade é cada vez mais refém do processo de desenvolvimento econômico. Desse modo, os atores vão produzindo repercussões dentro do território e se apropriando dos lugares inseridos no urbano, fato esse que faz com que estes se apropriem o território, atuando de acordo com suas necessidades imediatas.

Nessa perspectiva, a conformação da estrutura institucional e legal, a normatização do território, a organização das infraestruturas, são fortemente impactadas por estes atores. Entretanto, apesar dos consensos entre os atores locais

que apresentam protagonismo, observam-se limitações em temas relativos ao desenvolvimento do município.

Para a execução dos grandes projetos, o governo tem total soberania sobre as decisões tomadas. Para Raffestin (1993), os atores paradigmáticos “surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado”. Mesmo sem protagonismo, os moradores de Vitória do Xingu são a pluralidade e vivem no município onde foi construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Assim, os atores que tiveram protagonismo na construção da usina na implementação das regras que a normatizam, não possuem muita preocupação com aspectos que impactam os moradores da região. Um desses aspectos, no caso das hidrelétricas, são os recursos naturais, que apesar de envolver uma narrativa de sustentabilidade ambiental, em alguns casos, não se levou em conta os sujeitos locais.

No caso da UHE Belo Monte esses atores estavam presentes nos dois lados, tanto na representação social quanto do lado do empreendimento. Com a construção desse grande empreendimento pensado pelo Governo Federal para a região do Xingu, ocorreram várias transformações no território de Vitória do Xingu, o que trouxe mudanças estruturais e passou a atender aos preceitos comuns ao capital como: racionalidade, funcionalidade, regularidade e standardização, com o indivíduo inserido em um novo contexto.

Tal contexto, trata-se de um evento que de acordo com Santos (2014), desencadeia diversos processos e práticas espaciais de diferentes sujeitos que, de modo vertiginoso, passam a produzir novas formas-conteúdo e alterar a dinâmica da cidade. A partir da concepção sistêmica, infere-se a existência de comportamentos que são comuns a diferentes comunidades de sujeitos, mas que não são percebidos de forma consciente pelos mesmos, de modo que apenas o pesquisador é capaz de compreender e explicar essas estruturas (MIRANDA NETO, 2017, p. 69).

Portanto, no que tange as condições em que foram inseridas as novas lógicas em Vitória do Xingu com a construção da UHE Belo Monte, é necessário entender os interesses de cada ator para então compreender suas ações. Na esfera governamental aumenta a escala de representações conflitantes com os atores sociais locais.

Neste contexto Miranda Neto (2017) fala que:

O problema teórico que surge a partir deste conjunto de fenômenos é definir em que medida aquilo que se processa na realidade em estudo corresponde, de fato, à produção de uma materialidade qualitativamente diferente do que se vinha produzindo até então (MIRANDA NETO, 2017, p. 68).

Para Becker (1994), a territorialidade dos atores sociais vai além da ação governamental.

Não apenas porque foi desigualmente distribuída, mas porque a realidade não se desenvolve conforme o plano. Na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais privados e públicos, expressos em sua territorialidade. Entendida como uma estratégia que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do controle sobre uma área específica, a territorialidade estabelece limites à ação do Estado. (BECKER, 1994, p. 19)

Assim, cada ator apresenta sua contribuição no processo de mudanças que ocorreram e ainda estão ocorrendo em Vitória do Xingu, sendo que sua ação se restringe a sua esfera de poder e é através da ação que se perceberá a influência de cada um, sejam atores econômicos, políticos, moradores ou habitantes, militantes e associações e partidos políticos ou eleitos. Nesse contexto, cada ator possui uma visão diferente para o uso do território com ações diferenciadas sobre o mesmo, gerando conflitos ou organizando seu espaço de poder dependendo de interesses diversos gerando ações diversas para a região de influência do empreendimento.

Para a compreensão das repercussões territoriais recentes em Vitória do Xingu é importante ressaltar as manifestações que podem ser caracterizadas como modificações na forma que compreende o sistema de objetos que estruturam o território nas cidades que recebem projetos como hidrelétricas e sofrem mudanças bruscas em sua estrutura. O tema é tratado de maneira mais aprofundada por Cargnin (2014), no qual o remete “análise das repercussões territoriais obtidas pelas políticas públicas relacionando-as ao papel desempenhado pelo Estado” (CARGNIN 2014, p. 20).

Destarte, diga-se que os fenômenos geográficos passaram a explorar a construção social das relações espaciais a partir do estabelecimento da Geografia Crítica, que considera a sociedade sob a perspectiva de seu movimento histórico mediante a sua dimensão espacial. Com base nisto, ressalta-se que a implantação de grandes projetos pensados pelo Governo Federal na Amazônia proporciona transformações significativas na realidade local, repercutindo sobre o território e

mudando a forma de vida das populações que se encontram no entorno de tais empreendimentos.

Entretanto, no caso da construção de hidrelétricas, há transformações profundas na paisagem, no modo de vida da sociedade e na estrutura socioespacial das cidades do entorno, além de aumento da migração de pessoas em busca de uma oportunidade de trabalho na obra. As territorialidades, assim, vão sendo marcadas pelas ações de poder sofridas no território. As marcas vão surgindo desde o momento da instalação da hidrelétrica e continuam após a sua construção.

Nesse contexto, esta pesquisa se dispõe a entender as repercussões territoriais recentes que envolvem o município de Vitória do Xingu a partir da instalação na UHE Belo Monte. Para essa análise, como já observado anteriormente, utilizou-se a definição de repercussões territoriais utilizada por Cargnin (2014, p.20), que coloca os resultados concretos relacionados às políticas que podem ser identificados no território.

Como já foi referido, essas repercussões ficam aqui definidas como os resultados observados na “Forma” que, de acordo com Santos (2004, p. 50) correspondem aos “aspectos visíveis”, “ao arranjo ordenado de objetos”. Estes são identificados, como resultados de transformações socioespaciais decorrentes do processo estudado:

[...] a implantação de uma grande barragem constitui-se, a rigor, em uma apropriação feita por atores estatais e privados, ligados ao setor elétrico, sobre **um território já histórica e espacialmente apropriado pelas comunidades que ali vivem**. Enfim, desapropriam-se uns para que se dê a apropriação a outros (CARVALHO, 2006, p. 20, grifos do autor).

Carvalho (2006) diz que as hidrelétricas fazem parte das chamadas “grandes obras”, que por volta do final do século XIX, passaram a ter a função de geração de energia. O autor caracteriza as hidrelétricas como objetos técnicos geográficos. Quanto as relações territoriais, o autor diz que:

Para os construtores de hidrelétricas a **natureza do território** é sempre que determina a localização da obra, sendo seus conteúdos sociais e culturais, na maioria das vezes, fatos tidos como secundários. Por esta razão o termo 'implantação' nos parece ser, inclusive analiticamente, tão conveniente para esta questão: trata-se mesmo de um 'implante' **técnico e territorial** no local, que, na atualidade, é **dirigido pelo Estado** e realizado pelas grandes empresas do setor elétrico (CARVALHO, 2006, p. 20, grifos da autora).

Embora Vitória do Xingu não tenha tido na sede do município locais alagados pela formação do lago artificial da UHE Belo Monte, a cidade sofreu uma “reordenação territorial prévia”, provocada pelas infraestruturas necessárias para ao município e por ocupação de área antes não habitadas.

Segundo Carlos (2007), é um desafio abordar as transformações ocorridas na forma, especialmente no contexto urbano, as:

novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar aparecem no miúdo, no banal, no familiar, refletindo e explicando as transformações ou a sociedade urbana que se constitui nesse final de século. O lugar aparece como um desafio à análise do mundo moderno exigindo um esforço analítico, muito grande que tente abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdo, em sua dinâmica histórica (CARLOS, 2007, p. 20).

Portanto, o crescimento demográfico, aliado às repercussões geradas pela construção da UHE Belo Monte, rapidamente se refletiram na ampliação da malha urbana de Vitória do Xingu, bem como no crescimento representativo do perímetro urbano da cidade. As mudanças atingiram profundamente a estrutura da cidade e mudaram o padrão de localização residencial, ocorrendo assim, as ocupações desordenadas, como pode ser observado na Figura 6.

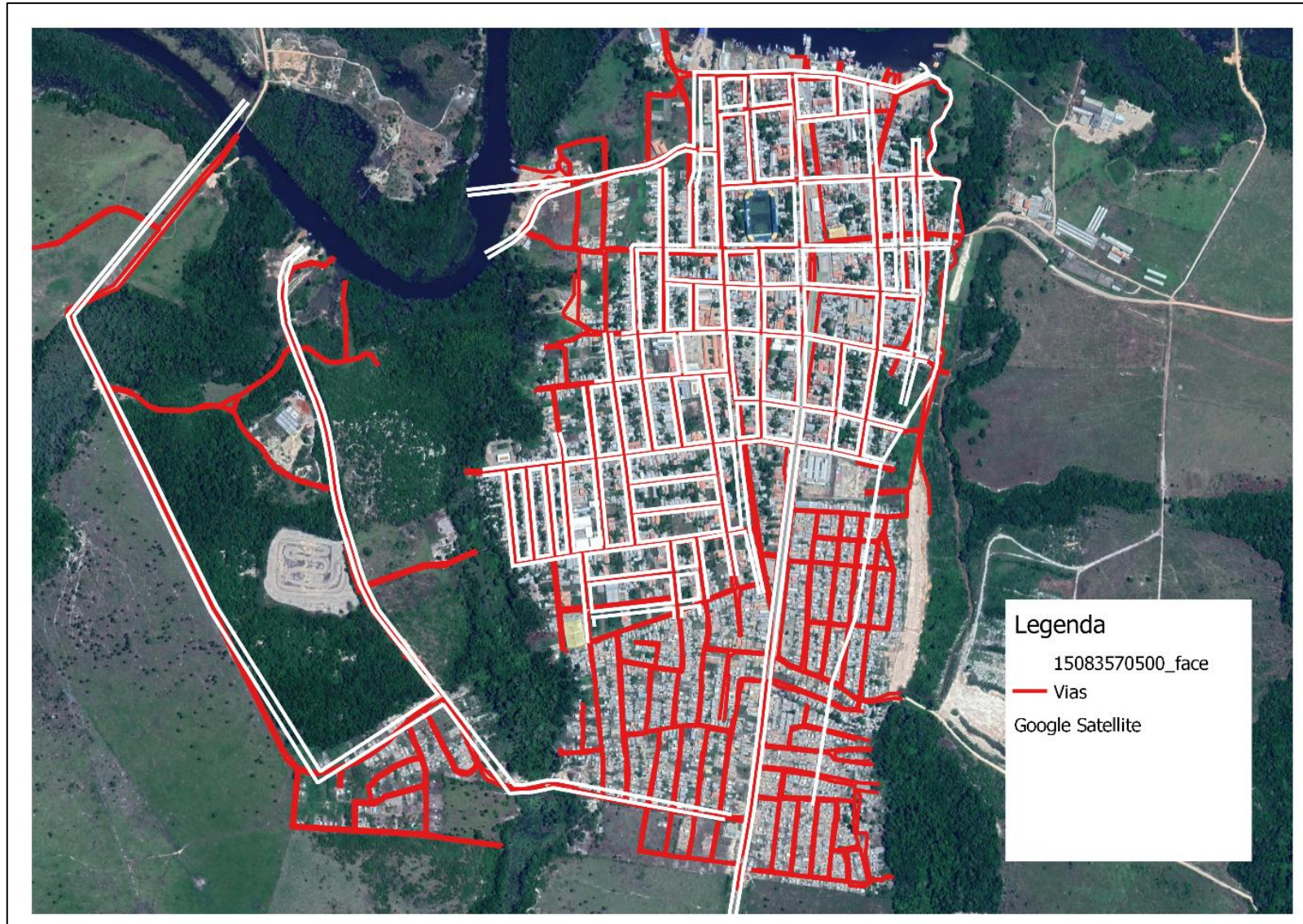


Figura 6. Mapa da Malha Urbana de Vitoria do Xingu
Fonte: MPPA, 2010. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

As modificações do território nos processos sociais de Vitória do Xingu são um ponto fundamental e exercem um papel importante no espaço geográfico, pois a ciência geográfica aborda os processos sociais, situando suas investigações nas mediações desses processos. De acordo com Harvey (2005), a apropriação do espaço geográfico, que é extremamente diversificado, não mais depende apenas da natureza, mas sim das inúmeras configurações das relações sociais.

Milton Santos (1985) diz que a estrutura espacial também se caracteriza como social, sendo que está se situa em algum lugar do espaço temporal, em um determinado período. Cabe, porém, à sociedade definir se a estrutura social deve existir ou não, por conta da interferência que ela exerce nos processos, sejam eles temporais ou históricos. O autor observa que a globalização se configura em processo hegemônico e contemporâneo, ou seja, Santos (1985) denomina esta fase como período técnico informacional. Isso porque ocorre a crescente substituição do meio natural por um ambiente mais artificializado. Prova disso são os objetos, edificações e monumentos construídos nas sociedades atuais, os quais restringem progressivamente os espaços apontados como naturais.

Diante do cenário apresentado, visa-se estudar estes fluxos advindos da construção da UHE Belo Monte, pois o mesmo trouxe preocupações para esta região. A cidade sofre com a atual situação de ocupação e com os problemas sérios estruturais e sociais que aparecem como resquício da construção deste empreendimento, que carecem de uma maior atenção.

Os problemas relacionados à infraestrutura da cidade, como as ocupações irregulares e desordenadas que vem ocorrendo no núcleo urbano de Vitória do Xingu ao longo dos anos da construção da hidrelétrica constituem uma questão que requer um olhar especial para estudo. Estas ocupações vêm crescendo consideravelmente, onde pessoas constroem moradias em lugares que não oferecem as estruturas básicas para moradia com boas condições e qualidade de vida.

A partir do momento em que se inicia a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, a região do Xingu experimenta um processo de reestruturação em seu território, como também, um conjunto de alterações espaciais que redefinem o seu conteúdo e a sua importância como centro regional.

CAPÍTULO 2 – UHE Belo Monte e Seu Papel Como Agente Transformador do Território

2.1. UHE Belo Monte no Contexto Energético do Brasil

A implantação de grandes projetos hidrelétricos na região amazônica, nos últimos anos, se tornou cada vez mais uma realidade para as populações que vivem nessas áreas. Os estudos do Inventário Hidrelétrico na Bacia Hidrográfica do Rio Xingu iniciaram-se ainda nos anos de 1970, pela Eletrobrás¹, responsável pelos estudos em bacias hidrográficas em todo o território nacional com o intuito de garantir a interligação do Sistema Energético do Brasil.

Porém a questão energética no Brasil começa a mudar de fato com a implantação de metas, por parte da Eletrobrás, visando aumentar o volume de energia gerado no país, controlado pela estatal. Já que o crescimento populacional do Brasil e a demanda por energia elétrica aumentaram devido ao surgimento de novas cidades e o avanço da industrialização (Brasil, 2009).

Quando o país cresce, o consumo de energia também aumenta. Para se ter uma ideia, a cada ano o país precisa produzir mais 5 mil Megawatts (MW) de energia. É como se todo ano aparecesse mais uma cidade do tamanho de Belém. E para produzir toda essa energia elétrica que o país precisa, o Ministério de Minas e Energia estuda as bacias hidrográficas brasileiras para saber onde é possível construir novas usinas. Esses estudos recebem o nome de Inventário da Bacia Hidrográfica (BRASIL, 2009, p. 08).

A ideia de construção de hidrelétricas, com o passar dos anos, passou a ter um discurso de sustentabilidade em um modelo desenvolvimentista do Brasil. Embora esse discurso seja superficial, se considerarmos os efeitos que causa nas populações locais e no meio ambiente, para a Eletrobrás, a UHE Belo Monte se encaixa perfeitamente nesse discurso.

Para o seu desenvolvimento, o Brasil precisa de energia limpa e renovável com o menor custo para a sociedade. Nesse contexto, o projeto da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, é uma das melhores opções para a ampliação do parque gerador brasileiro, pois permite grande produção de energia e apresenta uma condição muito favorável de integração com o sistema elétrico nacional. A interligação com o resto do país reforçará a transferência de energia entre as várias regiões, dependendo das demandas e da disponibilidade de água. Isso contribuirá para o aumento da oferta de energia e da segurança do sistema elétrico. (ELETROBRÁS).

No que tange os grandes projetos energéticos para a região amazônica, temos a construção de hidrelétrica pensada desde a ditadura militar para a região do Xingu, projetos estes que trouxeram muitas polêmicas para as regiões em que seriam instalados, como é o caso da UHE Belo Monte. Trata-se de um megaprojeto, planejado e idealizado como um elemento do Sistema Elétrico Nacional, que traz consigo muitas transformações nas áreas de sua instalação. As alterações são incalculáveis ao cotidiano das cidades e na vida das pessoas que nela residem. No caso da UHE Belo Monte, não é diferente.

Nesse contexto, usinas hidrelétricas construídas resultam em uma enorme área inundada para a formação de seus reservatórios, causando assim deslocamento de grande número de populações atingidas. Berman (2003), faz um panorama da relação das populações atingidas com as empresas que irão construir esses empreendimentos. Na sua concepção esse é um caminho sem volta, pois após a construção não se tem como reverter os danos causados a essas populações. Os discursos são de uma energia limpa e renovável com um custo mais barato em relação às outras fontes energéticas “Cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso” (BERMANN, 2003, p.43).

E com todas as justificativas para a construção de hidrelétricas, em 1980 foram concluídos os primeiros estudos do inventário hidrelétrico na bacia do Xingu. No mesmo ano, iniciaram-se os estudos de viabilidade do complexo hidrelétrico de Altamira que incluía a então UHE Kararaô, que dará origem às usinas que serão implantadas no Rio Xingu, posteriormente chamada de UHE Belo Monte. A instalação se dá após grandes polêmicas, principalmente na questão da inundação de terras indígenas.

O projeto inicial foi modificado reduzindo a área de alagamento, depois de muita pressão de grupos indígenas que tinham suas terras alagadas com o projeto. Houve também mobilização de grupos contrários ao empreendimento. Isso mostra que a pressão dos atores que promovem a Geopolítica Local, conforme Subra (2016), embora não tenha evitado o empreendimento, acabou por reduzir danos, que poderiam ter sido ainda maiores.

Em 1989 é feita a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Belo Monte. Em meio a sérias divergências em relação ao impacto socioambiental, foi suspenso o financiamento da obra. Os estudos de viabilidade foram revisados em 1994, e, nesse tempo, já era prevista a diminuição da área de inundação. Em 2002

foram apresentados para a ANEEL os novos levantamentos feitos parcialmente pela ELETROBRÁS e sua subsidiária ELETRONORTE. Após pedido feito pelo Ministério Público, o Estudo de Impacto Ambiental é paralisado. Para Fearnside (2018, p. 164), o projeto de barragem “era imune a todos os argumentos – lógicos, jurídicos e morais – e foi bem sucedido na obtenção de suporte nas agências governamentais que o promoveram, nos bancos que o financiaram e nas empresas que investiram nele”.

Os empreendimentos hidrelétricos faziam parte do plano de retomada do desenvolvimento do Brasil, com a criação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em 2007. Este programa foi o responsável pela gestão, acompanhamento e realização desse empreendimento e de tantos outros que visavam o crescimento do país. Assim, a UHE Belo Monte faz parte do plano de Governo Federal para a geração de energia elétrica, visando o equilíbrio energético, principalmente para a Região Norte do Brasil, em um momento de retomada do desenvolvimento.

Em 2005, o Congresso nacional publicou um decreto que autorizava a ELETROBRÁS a concluir os Estudos de Impacto Ambiental. No mesmo ano, a estatal assinou com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht o acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental da UHE Belo Monte. Em 2009, os estudos foram concluídos e entregues a ANEEL e também ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesse ano também foi entregue o EIA/RIMA.

Ainda no ano de 2009, a ELETROBRÁS solicitou ao IBAMA a Licença Prévia (LP) para início do projeto. Em 2010, é concedida a Licença Prévia pelo IBAMA, porém com várias exigências de adequação do projeto. Nesse mesmo ano, é realizado pelo Governo Federal o Leilão para a construção e operação da UHE Belo Monte por 35 anos, tendo como consorcio vencedor foi o da Norte Energia S.A. A empresa é composta por diferentes segmentos e por fundos de previdência complementar, constituindo-se em um público/privado, conforme a Figura 7 abaixo.

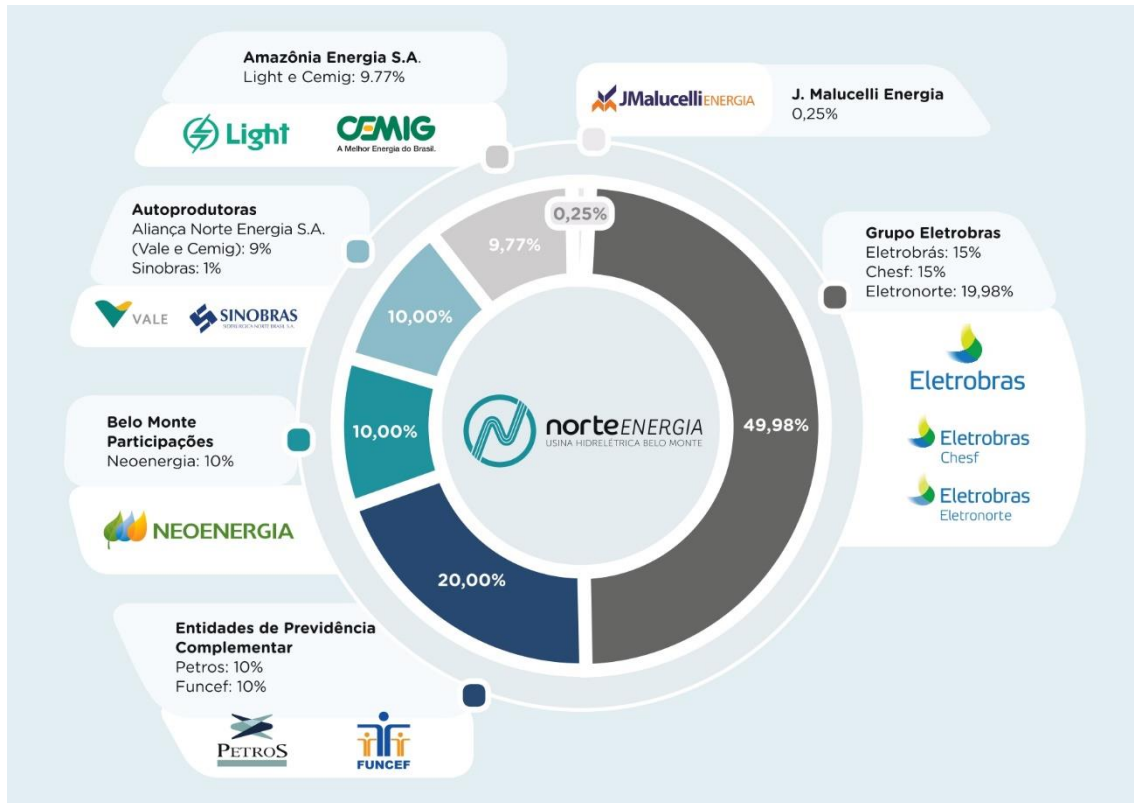


Figura 7. Segmentos que compõe a Norte Energia
Fonte: Norte Energia S.A.

Contudo, em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase com suas estratégias aprimoradas devido a experiência da fase anterior. Com isso o Governo Federal incrementou os recursos investidos no programa e melhorou suas parcerias com estados e municípios para execução de suas obras. Como a UHE Belo Monte era uma das suas obras mais estratégicas, o projeto entrou em execução no mesmo ano.

No cenário energético do Brasil aparece a UHE Belo Monte como um projeto do Governo Federal implantado no Rio Xingu na cidade de Vitória do Xingu-PA. O intuito da construção foi o de aumentar o potencial energético do país. A UHE Belo Monte passou a integrar o SIN (Sistema Interligado Nacional), fornecendo energia para o sistema que distribui energia para todas as regiões do país. A interligação do sistema é fundamental para o equilíbrio energético, pois permite que cada usina contribua com volumes de energia diferentes de acordo com o regime pluviométrico e com a capacidade das represas de acordo com os períodos de cheia ou seca dos reservatórios nas diferentes regiões.

Assim, além da preocupação com o fornecimento de energia para a Região Norte do País, o Governo tem visto na construção de hidrelétricas uma maneira de sanar a crise energética que o país enfrentou. Com isso, passou a partir dos anos de

1990 a interligar o seu sistema energético no território nacional, minimizando os custos de geração e os apagões, crise que novamente se apresenta no ano de 2021.

Sobre a temática da energia, do ponto de vista teórico, Santos e Silveira (2006) salientam que:

A difusão da energia elétrica no território nacional leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, chamados a atender às necessidades locais. Mais tarde, a ocupação e a urbanização do território, o processo de industrialização, o aperfeiçoamento das técnicas de geração e transmissão e a organização centralizada no setor em torno da Eletrobrás convergem para interligar boa parte dos sistemas isolados. Essa vocação para a unificação decorre também de uma tendência à unicidade das técnicas no período contemporâneo. (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p 69).

A partir da unificação das técnicas é possível que o Estado crie uma organização no sistema energético. Isso porque o território é formado por frações diversas, sendo necessário atender as suas funcionalidades em todos os níveis sejam eles locais ou nacionais. Com o crescente processo de industrialização e urbanização do território, cresce também o consumo de bens e serviços.

No âmbito nacional a UHE Belo Monte faz parte do avanço do sistema hidrelétrico do país, que no cenário do aperfeiçoamento das técnicas tem uma energia gerada com um baixo custo, devido ao seu porte. Depois de completamente concluída, a capacidade de produção energética da UHE Belo Monte é de 11.233,1 megawatts (MW), com funcionamento a fio d'água e não por armazenamento, necessitando assim da vazão do rio diariamente.

A licença de instalação foi emitida em junho de 2011, permitindo o início das obras da UHE Belo Monte, mesmo sem que todas as condicionantes fossem cumpridas e na mesma data se deu o início as obras.

Na corrida pela construção da UHE Belo Monte o Governo Federal esteve na linha de frente para a concretização do projeto, sendo assim concretizado no governo da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff que, desde do governo do presidente Lula, trabalhou para que a construção da UHE Belo Monte acontecesse, primeiro como ministra de Minas e Energia e posteriormente ministra da Casa Civil. A justificativa para a construção foi justamente a necessidade de compor o sistema energético brasileiro e assim evitar possíveis apagões, prejudicando o desenvolvimento do país.

A Licença de Operação nº 1317/2015 foi concedida pelo IBAMA em novembro de 2015. A partir de então, aos poucos, são ligadas as turbinas e, em 2017, começa

a ser comercializada a energia com a interligação do Sistema Integrado Nacional (SIN). Cabe salientar que esse processo se deu em meio a vários pedidos de cancelamento da operação, por parte do Ministério Público, principalmente pelo não cumprimento de todas as condicionantes nos municípios que sofreram impactos pela construção. Já totalmente concluída em novembro de 2019, a UHE Belo Monte, mostrada na Figura 8, fica pronta para operação completa, sendo oficialmente inaugurada em 27 de novembro de 2019.



Figura 8. UHE Belo Monte
Fonte: Norte Energia S.A.

Um ponto que merece destaque é o fato dos megaprojetos realizados na Bacia Amazônica, terem como justificativa a interligação energética da Região Amazônica com o restante do Brasil. Além disso, suportam outros grandes empreendimentos que poderão se situar na região, que consomem uma grande quantidade de energia, como as indústrias voltadas à exploração da mineração e um projeto que está sendo desenvolvido, que é o projeto de mineração de ouro denominado de Belo San (SANTANA e BRZEZINSKI, 2018 p. 239). Em todos esses casos, a mineração é voltada sempre para a exportação.

Assim, indiretamente esses investimentos estimulam grandes projetos, principalmente mineradores, que apresentam grandes impactos ambientais, contribuindo para o agravamento da questão ambiental amazônica. Além disso, deve-

se considerar que essas regiões, e especialmente a região do Xingu, sofrem com a falta de estrutura para receber tais empreendimentos.

2.2. Expansão Urbana de Vitória do Xingu a partir da UHE Belo Monte

A expansão urbana em Vitória do Xingu neste trabalho, refere-se à ampliação das áreas legalmente urbanas dentro do perímetro urbano citado na lei complementar do municipal nº 224 de 13 de dezembro de 2013. Essa lei, dispõe sobre o Plano Diretor e a análise do crescimento das áreas urbanizadas a partir da instalação da UHE Belo Monte, contempladas ou não por redes de infraestrutura e urbanidade.

A partir disso, afirma-se que termo “crescimento urbano” é utilizado como sinônimo de “expansão urbana”. O entendimento é o de que ambos pressupõem processos de ocupação de áreas até então não parceladas, localizadas em territórios rurais ou espaços que vão além da dicotomia urbano-rural.

As transformações territoriais ocorridas em Vitória do Xingu-PA resultam, em grande medida, da instalação da UHE Belo Monte, sendo que tal hidrelétrica ocasionou diversos impactos no espaço urbano e rural e em particular nas localidades que ficam no entorno do empreendimento. Considerando o conceito de território usado, que de acordo com Santos e Silveira (2003), corresponde ao local onde ocorrem as práticas sociais, com o protagonismo dos atores que propõem as mudanças, observa-se que os atores sintagmáticos envolvidos na construção da UHE Belo Monte apropriaram o espaço, dominaram e reformularam as antigas estruturas sociais de produção, além de criarem tantas outras, o que Raffestin (1993) denomina da construção de novos sistemas territoriais.

Menciona-se então que a “reprodução das dinâmicas capitalistas cria elementos para a dissolução das relações de produção calcadas no valor de uso” (SILVA, 2016). Neste sentido, é possível perceber as transformações dos espaços ocorridas desde o início das obras, refletindo desigualdades e fragmentações socioespaciais no bojo da produção do espaço a partir de 2010, quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA concedeu a Licença Prévia da Obra.

A partir de então, as formas espaciais, tanto na área urbana quanto na área rural de Vitória do Xingu, foram alteradas e seu espaço/território modificado e

reestruturado, principalmente a partir do ano de 2011, quando iniciou a construção da obra de Belo Monte. As recentes transformações territoriais ocorridas no local resultam em uma paisagem em constante construção, em movimento, transformada por diversos atores ao longo do tempo.

Assim, a cidade de Vitória do Xingu começa a atravessar um conjunto de mudanças que alteram a sua estrutura interna e as suas propriedades, enquanto centro urbano. Isso se dá a partir dos eventos resultantes da instalação da UHE Belo Monte, produzindo a reestruturação da cidade e a reestruturação urbana. Neste sentido, a área efetiva de estudos neste item corresponde aos centros urbanos citados na lei complementar do municipal nº 224 que define como macrozonas urbanas (i) a sede do município (MZU-1), a Agrovila Leonardo da Vinci (MZU 2), a Vila Santo Antônio (MZU-3) e Belo Monte (MZU-4). A Figura 9 a seguir mostra a imagem de localização geográfica das macrozonas urbanas de Vitória do Xingu.



Figura 9. Imagem de Localização Geográfica das macrozonas urbanas de Vitória do Xingu
 Fonte: Norte Energia. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

Para fins de simplificação, utiliza-se aqui a denominação Região de Influência de Altamira (RIA), que nada mais é que combinação entre os centros urbanos definidos na REGIC (IBGE, 2018) e a as áreas municipais classificadas na divisão urbano-regional do Brasil (IBGE, 2013). Trata-se de uma visão que pretende integrar as escalas que envolvem a cidade e a região, considerando a usina hidrelétrica com um importante vetor de transformação.

2.1.1. Vitória do Xingu: a sede

As transformações socioespaciais recentes no município de Vitória do Xingu resultam, em grande escala, da execução da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ocasionando diversos impactos no espaço da sede do município e em localidades que ficam no entorno do empreendimento, uma vez que, a construção da UHE Belo Monte em seu Projeto Básico Ambiental previa o “Plano de Requalificação Urbana” o qual possuía medidas e intervenções nas cidades de Altamira, Vitória do Xingu, e nos núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, objetivando:

- Atender à necessidade de realocação da população atingida na cidade de Altamira, pela formação do reservatório do Xingu;
- Integrar as unidades residenciais e vila residencial prevista à estrutura urbana das cidades de Altamira e Vitória do Xingu;
- Adequar a infraestrutura viária da travessia da Transamazônica sobre o rio Xingu;
- Adequar às cidades de Altamira e Vitória do Xingu e os núcleos de Belo Monte e Belo Monte do Pontal para receber o afluxo de população atraída em função das oportunidades de trabalho e do aquecimento econômico gerado pelas obras (NORTE ENERGIA, 2011, p. 13).

Desta forma, há uma relação direta entre as repercussões territoriais ocorridas no perímetro urbano na sede do município de Vitória do Xingu-PA e a UHE Belo Monte. Além da oferta de empregos proporcionada pela obra no município, outro fator importante é a quantidade de recursos que a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu (PMVX) passa a arrecadar, quando a obra se inicia.

Esses recursos adquiridos de impostos e royalties pela PMVX, possibilitam a prestação de serviços nos espaços urbanos da cidade, tais como jardinagem, calçamento, pavimentação de ruas, iluminação pública, entre outros, bem como, intervenções do empreendedor de Belo Monte na execução das condicionantes.

Portanto, a partir disto passou a se observar na sede do município um movimento de constituição de frentes de obras, por empresas contratadas pelo órgão público municipal, criando-se assim uma dinâmica até então desconhecida na cidade e atraindo cada vez mais pessoas, como ilustra a Figura 10.



Figura 10. Instalação da rede de esgoto/ Abertura de vala e instalação da rede de esgoto
Fonte: Prefeitura de Vitória do Xingu

Para além, cita-se que a implantação da UHE Belo Monte tem contribuído no processo de urbanização e reestruturação de Vitória do Xingu. Porém, tal processo implicou em um aumento populacional que consistiu em ocupações irregulares no perímetro do espaço urbano da sede do município, corroborando com a fala de Nogueira (2010) aos dizer que estes empreendimentos:

[...] não vêm acompanhados de serviços e equipamentos públicos adequados para suprir as necessidades essenciais de homens e mulheres, que erguem suas casas em locais inadequados para a vida humana (NOGUEIRA, 2010, p. 35).

Os reflexos das medidas mitigadoras, como as condicionantes do Projeto Básico Ambiental (PBA), juntamente com o crescimento demográfico são responsáveis pela expansão urbana de Vitória do Xingu. Neste contexto, a cidade apresenta seus aspectos atuais em termos de reorganização do seu território e distribuição da população no seu espaço. A figura 11, traz a expansão urbana de Vitória do Xingu ocorrida entre os anos 2010 e 2018 ao qual percebe-se as áreas de crescimento da cidade de Vitória do Xingu, representando as ocupações que surgiram na sede do município.

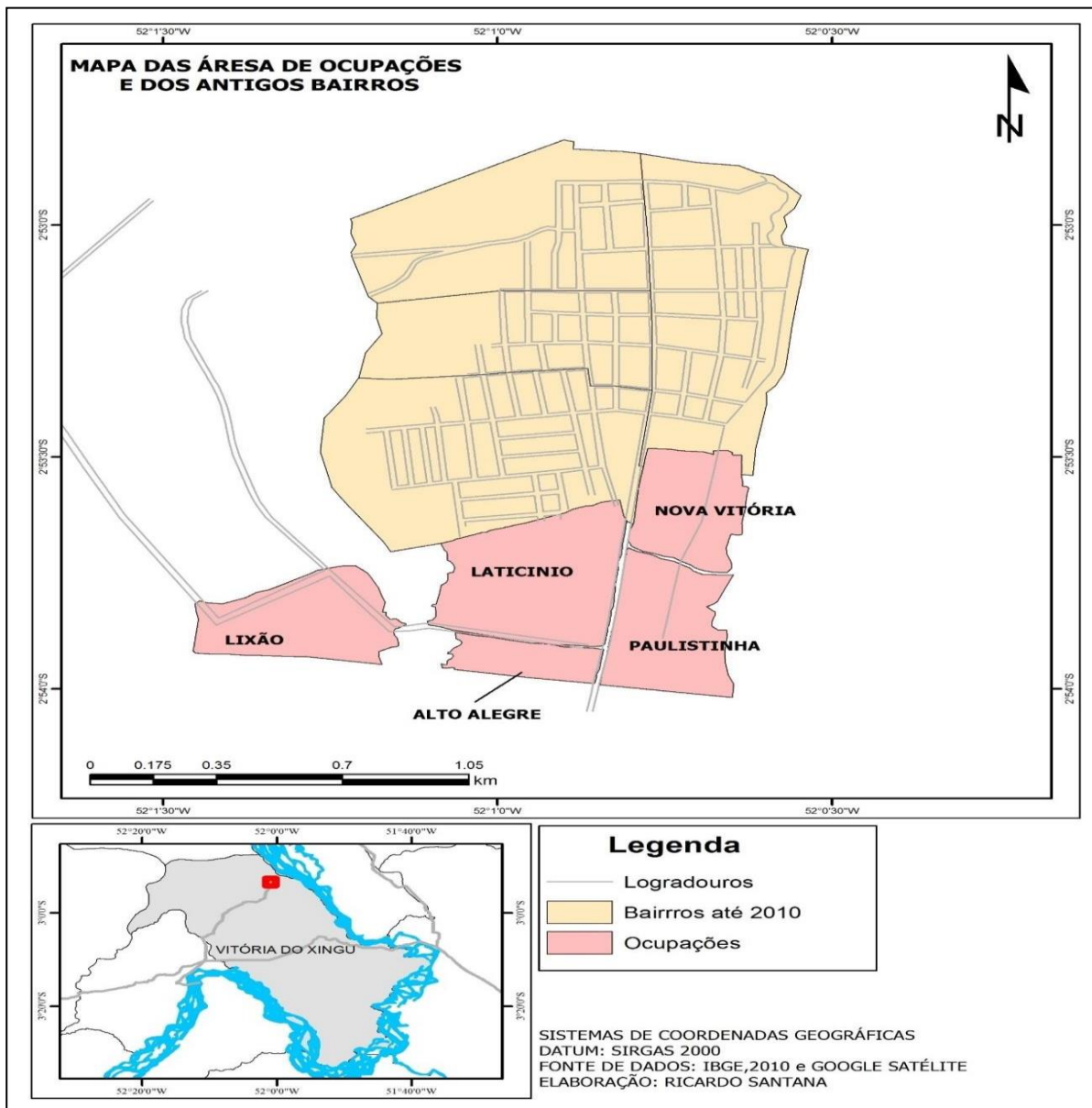


Figura 11. Ocupações da Cidade de Vitória do Xingu
 Autor: Chaves (2018).

Miranda Neto e Herrera (2017) destacam que é:

[...] importante considerar, por um lado, o papel da Norte Energia S.A (NESA), empresa responsável por gerenciar o empreendimento desde a sua construção até a operação. Por outro lado, cabe destaque ao papel dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento na estrutura da cidade (MIRANDA NETO e HERRERA, 2017, p. 45).

Ao longo da construção da UHE Belo Monte – início e finalização da obra, surgem no município de Vitória do Xingu cinco novos bairros por meio das ocupações irregulares, conforme mostra a Tabela 2. A Tabela mostra e a Figura 12 ilustra, que pessoas que não tinham onde residir e/ou não tiveram condições de se manter em casa alugadas, devido a especulação imobiliária, ocuparam lugares extremos para fixação de sua moradia.

Ocupações	Ano do Levantamento	Lotes por ocupação
Nova Vitória/ Caixa d'agua	2015	595
Laticínio	2015	448
Bela Vista/ Lixão	2015	212
Paulistinha/ Nova Conquista	2017	255
Loteamento Alto Alegre	2016	102

Tabela 2. Dados das Ocupações Recentes
Fonte: SEMUTS de Vitória do Xingu.

Ao observar aos dados da Tabela 2, tem-se o entendimento de que os incrementos de recursos e população trazidos pela implantação da UHE Belo Monte, se configuram como fatores importantes da produção do espaço urbano de Vitória do Xingu, já que a presença desta UHE infere capital e relações sociais que modificam e propicia o crescimento do espaço urbano da cidade.



Figura 12. Estrutura de algumas casas nas ocupações do Paulistinha e do laticínio
Fonte: SEMUTS

Outro fator importante que influenciou a expansão urbana do município foi a especulação imobiliária, pois, com o crescimento dessas ocupações, diversas pessoas começaram a adquirir terrenos com preços inferiores aos do centro. Os preços eram também inferiores aos do mercado local, devido a estes locais não terem infraestrutura básica como saneamento e pavimentação de ruas, por exemplo.



Figura 13. Imagem aérea das áreas de Ocupação
Fonte: ASCOM, PMVX (2018).

Assim, as pessoas que adquiriam estes terrenos construía casas e vilas, no intuito de alugar para pessoas que chegavam à sede do município. A Figura 14 mostra notícia no site do Movimento dos Atingidos por Barragens que “Famílias atingidas por Belo Monte ocupam terreno em Vitória do Xingu” no ano de 2014.



Figura 14. Noticiário sobre a ocupação de áreas irregulares em Vitória do Xingu
 Fonte: MAB

A falta de planejamento do espaço urbano em Vitória do Xingu, a exclusão social ao direito a cidade e a moradia, o descaso pelo poder público e pela empresa responsável pela UHE de Belo Monte frente as questões habitacionais, fez com que nas ocupações irregulares emergissem questões de infraestrutura urbana antigas da cidade. Isso porque as ocupações irregulares não tem a aprovação do município, uma vez que, elas não atendem os padrões urbanísticos previstos nas leis (SAULE JUNIOR, 1999). Conforme Nascimento e Braga (2009), “Por um lado, o privilegio incorporado pelas estruturas urbanas formais: por outro, a pobreza manifesta nas ocupações informais” (NASCIMENTO E BRAGA, 2009, p.98).

As análises das ocupações irregulares no perímetro urbano na sede do município de Vitoria do Xingu, ocasionadas pela influência da UHE Belo Monte no município, demonstram a alteração do espaço urbano em função da expansão da mancha urbana do município. Essa alteração se deve ao inchaço de pessoas a procura de empregos no empreendimento, organizando-se assim as atuais formas de ocupação e estrutura do aspecto de crescimento e dos atores sociais envolvidos na produção dessas ocupações irregulares.

Esses atores sociais são muito importantes, pois contribuem para as repercussões territoriais que Vitória do Xingu sofre, uma vez que eles ocuparam áreas, na sua maioria, de forma irregular. Tais ocupações se deram por populações predominantemente de baixa renda, que residem em locais com ausência de

infraestruturas básicas lutando pelo direito a cidade e a moradia. Assim, é importante ratificar que o espaço é entendido como produto e produtor das relações sociais, e que estas relações se refletem nos usos do território, conforme Santos e Silveira (2003)

2.1.2. Agrovila Leonardo da Vinci

Implantada em 1971 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, a agrovila Leonardo da Vinci, localizada no Km 18 da rodovia BR230 (rodovia Transamazônica) é uma comunidade pertencente ao município de Vitória do Xingu e “teve em sua gênese o assentamento de aproximadamente 60 famílias com um total aproximado de 250 habitantes” (COSTA; SOUZA, 2018, p. 84).

Com o início da construção da UHE Belo Monte no ano de 2011, a agrovila começa a ter os seus primeiros impactos no que diz respeito às repercussões territoriais, pois segundo Costa e Souza (2018, p. 87) alguns moradores tornaram-se “empregados do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) ou de uma de suas subsidiárias (subcontratadas) prestadoras de serviços.” Para tanto, tiveram que sair dos seus ramos de atividades tradicionais relacionadas a subsistência e a geração de renda.

Ou seja, a primeira repercussão territorial se deu no abandono da atividade rural que até então era característica da agrovila e exercida desde sua fundação. Portanto, muitos moradores deixaram as atividades de agricultura ou pecuária para irem trabalhar na obra de Belo Monte em busca de melhoria na qualidade de vida. Porém, aos serem despedidos como salientam Costa e Souza (2018), eles não puderam mais exercer suas antigas atividades e modo de sustento, pois não tinham mais as terras – lotes/fazendas – de outrora.

Após serem despedidos não puderam mais retornar aos seus antigos afazeres e modos de sustento, uma vez que não tinham mais a terra para plantar nem os antigos empregos nas fazendas das redondezas. Para aguçar o problema, o aluguel que lhes garantia um complemento de renda também já não existia (COSTA; SOUZA, 2018, p. 87).

Não diferente da sede de Vitória do Xingu, a agrovila também sofreu com a especulação imobiliária desde o início das obras de Belo Monte, prática

mercadológica até então não experimentada nesta comunidade. Ressalta-se ainda que alguns moradores mais otimistas realizaram empréstimos bancários, tendo em vista a edificação de imóveis para alugar, dando como garantia seu lote rural ou o urbano com a casa construída.

Com a oferta de emprego na época da construção, fluxo migratório para a região ao entorno de Belo Monte foi grande, não obstante, foi criando um loteamento planejado na agrovila denominada de “Loteamento Monte Belo”, ao qual a “urgência para a venda desses lotes é explicada pela natureza de “surto” dos grandes empreendimentos na Amazônia” (MIRANDA NETO, 2021).

Sobre a criação de loteamentos planejados, Miranda Neto (2021) diz que as

[...] empresas sabem que o momento de maior atividade econômica é rápido e depende do tempo necessário para a construção da obra, por isso desenvolvem uma forte propaganda para atrair os consumidores. Não se vendiam apenas terrenos, mas a projeção de um investimento futuro, sobretudo ancorada na ideia de valorização imobiliária a partir do desenvolvimento local e de melhoria da qualidade de vida (MIRANDA NETO, 2021).

Assim, as incorporadoras imobiliárias, com o objetivo de lucrar, contribuíram para a expansão territorial da Agrovila. Além deste fato, empresas de grande e pequeno porte também se instalaram na agrovila como é o caso da empresa Sotreq, conforme a Figura 15, contribuindo também para esta expansão, pois, muitos de seus funcionários fixaram residências nesta comunidade além de pessoas em busca de emprego nesta empresa.



*Figura 15. Sede da Empresa Sotreq na Agrovila Leonardo da Vinci
Fonte: Thales Cesário*

Desta forma, salienta-se que a construção de empreendimentos imobiliários e/ou empresas, nos mais diversos segmentos, trouxe intensas transformações para o território desta agrovila, transformações estas que perpassam desde a mudança da paisagem, até a modificação da estrutura territorial, mas sobretudo na malha viária local.

Nessa assertiva, cita-se que os reflexos da construção da UHE Belo Monte, oriundas com o crescimento demográfico, são responsáveis por essa expansão. A agrovila foi aproximando-se de seus aspectos atuais em termos de reorganização do seu território e distribuição da população no espaço.

Na leitura do mapa (Figura 16), nota-se claramente a evolução na malha viária desta agrovila entre 2010 e 2020. É nítido que a malha viária da agrovila se ampliou, bem como o crescimento do perímetro territorial.

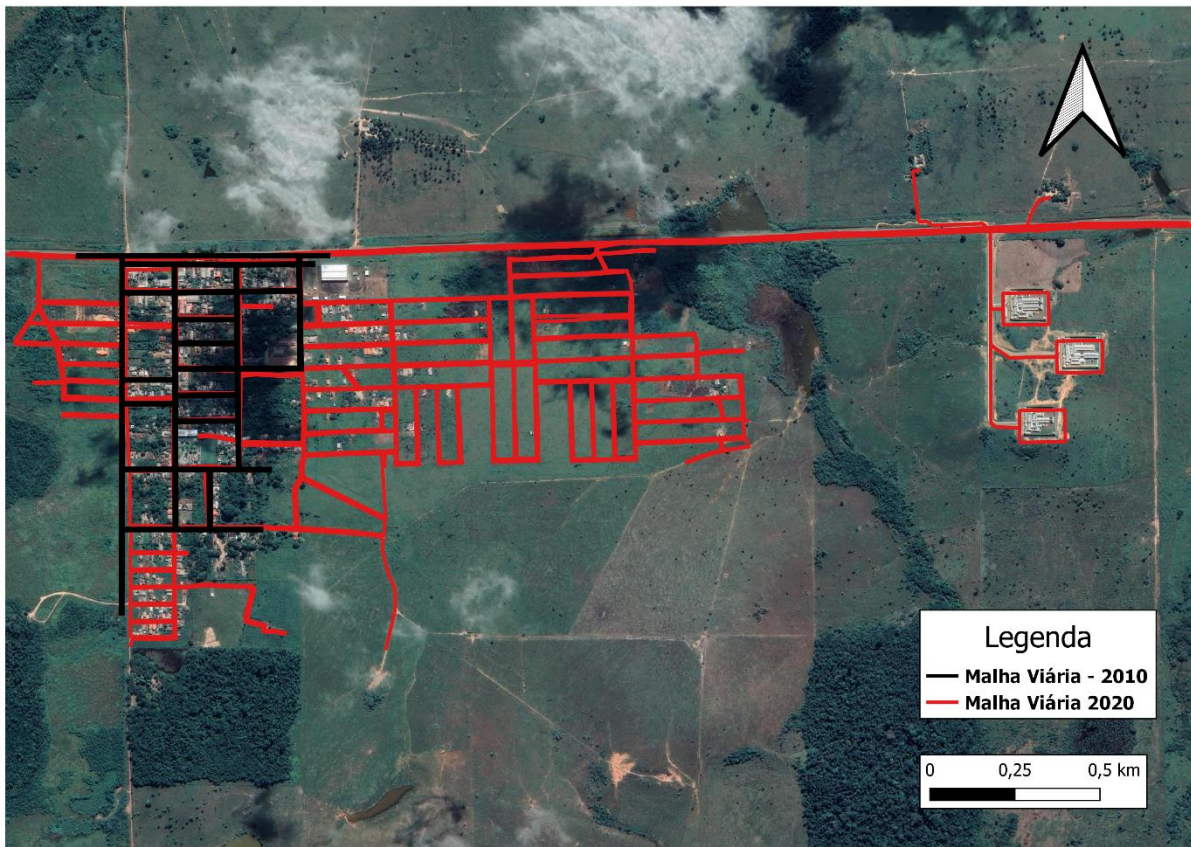


Figura 16. Evolução da Malha Viária da Agrovila Leonardo da Vinci
 Fonte: IBGE, 2021. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

Os impactos ambientais, sociais e econômicos a partir de Belo Monte e as modificações oriundas da ocupação do espaço, ocorreram antes, durante e após a construção da UHE. Nota-se que houve um processo de redefinição territorial entre os anos de 2010 e 2020, com a requalificação de áreas localizadas nos extremos da agrovila, áreas de propriedades rurais, ao qual sofreu valorização imobiliária consideradas para o atual arranjo de reestruturação territorial da agrovila que “[...] rapidamente, remodela a forma urbana e engendra uma reestruturação” (MIRANDA NETO, 2015, p. 250).

Porém, menciona-se de acordo com Nunes (2021), que esse processo de reestruturação é um:

[...] processo que gera conflitos e momentos de crise quando se contrapõe as ordens existentes e as novas projetadas para o espaço. Visto que, os tempos modernos trazem consigo um momento intenso de reestruturação social para as sociedades com o avanço do capitalismo no mundo moderno (NUNES, 2021, p. 104).

Ainda de acordo com Nunes (2021), essa ideia de reestruturação está associada às formas de reprodução do capitalismo moderno, provocando transformações territoriais e sociais no espaço. No caso, é o que se observa ao analisar as transformações/reestruturação ocorridas na agrovila.

Outro fator de contribuição da expansão territorial da agrovila foi a construção do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu, de responsabilidade da Norte Energia – empresa responsável pela UHE Belo Monte, iniciado no ano de 2014 e finalizado/inaugurado no ano de 2019 – Figura 17. Neste período, salienta-se que inúmeros funcionários que trabalharam nesta obra, alugaram ou compraram casa na agrovila, pois é a localidade com infraestrutura mais próxima do complexo.



Figura 17. Imagem aérea do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu
Fonte: Xingu230

A requalificação viária da agrovila a partir da UHE Belo Monte, modificou completamente esse lugar, pois o processo de reestruturação da agrovila trouxe consigo “ruptura” dos laços sociais, familiares e comunitários, “desconstrução” ou “desmoronamento” (SOJA, 1993, p. 194) dos modos de vida daquela população, já que faziam parte da história do lugar. Assim, com a UHE de Belo Monte, o velho

espaço territorial da agrovila deixou de existir, dando lugar a uma nova configuração territorial.

2.1.3. Vila Santo Antônio

A Vila Santo Antônio, em Vitória do Xingu-PA, surgiu no ano de 1973 a partir da construção da rodovia BR230 – Transamazônica. Constituiu-se em um lugar onde seus moradores construíram seus modos de vida, vínculos de pertencimento e definiram suas identidades e sociabilidades durante aproximadamente quatro décadas de sua existência.

Porém, com o início das obras da UHE Belo Monte, essa vila sofreu as mais notáveis e significativas repercussões no seu território, pois na vila “os moradores foram retirados para que a área da vila servisse de base para o empreendimento” (SARMENTO; ROCHA, 2021). A Figura 18, mostra a localização geográfica da Vila Santo Antônio.

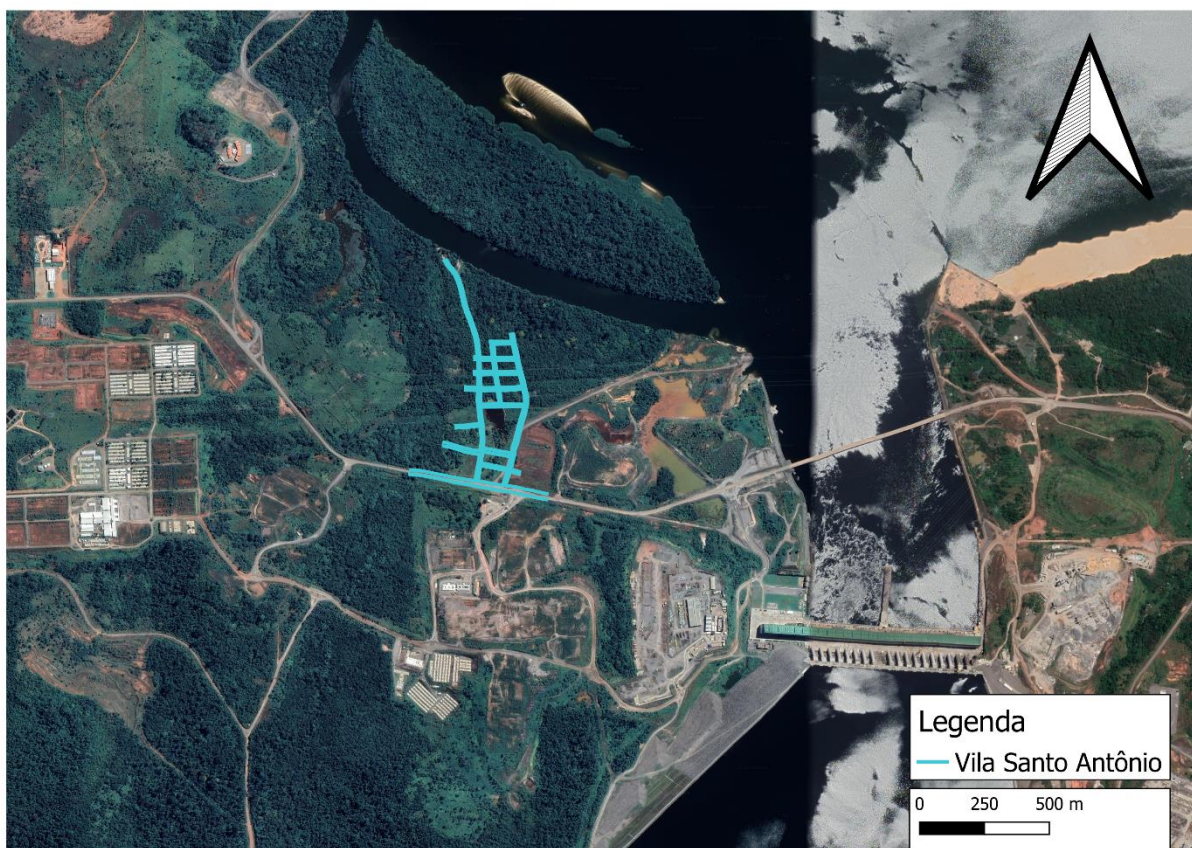


Figura 18. Mapa de Localização da Vila Santo Antônio, Vitória do Xingu
Fonte: IBGE, 2010; Norte Energia, 2011. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

Observa-se na Figura 18, que a vila em questão, localizava-se entre a Rodovia BR 230, o rio Xingu e as proximidades da barragem principal da UHE, sendo o local propício para utilização como parque industrial. Oliveira *et al* (2019), corroboram com tal a afirmativa ao dizer que “os moradores foram retirados para que a área da vila servisse de base para o empreendimento”.

Desse modo, menciona-se que as modificações e mudanças na paisagem ocorreram de maneira abrupta e rápida, pois havia urgência na construção, segundo o discurso do empreendedor. Assim, “as implosões das rochas, decapitação do solo, retirada da vegetação natural para limpeza da área e implantação de instalações e as alterações no leito do rio Xingu” (SARMENTO; ROCHA, 2021, p. 27316), são visíveis e repercutiram diretamente do território da Vila Santo Antônio, a qual veio a ser extinta. A população residente foi transferida para outro local, conforme consta descrito no EIA/Rima:

[...] por este motivo, deverá ser totalmente transferida para outro local. A mudança para outro local será discutida com a população para que a escolha seja feita de acordo com os critérios de participação social e de transparência do Plano de Atendimento à População Atingida. Assim, os moradores da Vila de Santo Antônio serão reassentados. (LEME, 2009, p. 89)

Dessa forma, a partir da construção da UHE Belo Monte, as relações de pertencimento, as relações sociais de comunidade, os modos de vida, os vínculos territoriais foram quebrados. Por mais que esta população tenha sido transferida para outro local, a vida não será a mesma, pois na Vila Santo Antônio eles construíram suas vidas, suas memórias, seus vínculos familiares e de comunidade e esses atributos devem demorar anos até serem recompostos no novo local.

Neste sentido, Herrera *et al* (2016) observa que a vila passou por transformações irreversíveis em sua estrutura territorial, demográfica e nos modos de vida da população, a saber:

1. Em 2011 começaram às primeiras mudanças que desencadearam na desterritorialização da comunidade. A chegada de novos moradores atraídos pela possibilidade de abertura de novas vagas de emprego e por possíveis indenizações de lotes ocupados, as transformações produtivas e o desordenamento das atividades primeiras da comunidade levaram a deterioração socioespacial.
2. De acordo com levantamentos realizados em 2012, as famílias da comunidade praticavam a pesca como principal base econômica, e

de modo secundário, a agricultura de subsistência em pequenos lotes ou em fazendas circunvizinhas à comunidade. Com as transformações causadas pelo empreendimento, parte da população passou a procurar emprego e outras condições de vida noutros lugares, especialmente no núcleo urbano de Altamira, centro enormemente influenciado pelas dinâmicas da Hidrelétrica.

3. Nesse sentido, o irreversível processo de desestruturação da população da comunidade ribeirinha aconteceu gradativamente: os moradores se deslocaram para outras áreas, mormente para trabalhar na construção civil, e os que ainda insistiram em permanecer na comunidade foram paulatinamente expropriados de suas terras, histórias e identidades.

4. Lefebvre (2001) já mencionava que a população tende inevitavelmente a se moldar em uma sociedade urbana, pois os seus conteúdos envolvem a sociedade e refletem suas dinâmicas. O fenômeno urbano manifesta sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação.

5. Com o processo de perda do território as famílias, acredita-se, perderam também suas relações sociais (aquelas vividas na igreja, nos bares, no campo de futebol, etc.), parte de suas identidades, restando apenas as memórias. Nesse sentido, inicia-se a reflexão sobre a memória, ou como refere-se, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

6. Compreensão essa presente nas ideias de Pollak (1992), a partir dos estudos das propostas de Halbwachs (1990), para quem a memória coletiva encontra sua força e duração no fato de ser sustentada por um conjunto de indivíduos cuja lembrança do passado é referida a condição/representação de membros do grupo.

7. Por isso a necessidade por ponderar temas sobre a geografia cultural, antes mesmo de aprofundar sobre memória e história das populações ribeirinhas atingidas pelo grande projeto, por entender que a Amazônia contém grande potencialidade de estudo, mas grandes desafios de explicação por parte dos teóricos dessa porção do país (HERRERA et al, 2016)

De acordo com Silva (2016), a área da vila Santo Antônio era um:

[...] único lote com área registrada de 41,8545ha, que era ocupada por dezenas de famílias que mantinham imóveis de pequeno porte, utilizando-os para fins residenciais ou comerciais, com características urbanas. A referida área de terras é identificada por Lote Rural nº 271 da Gleba Tubarão, parte de um todo maior registrado em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA sob a matrícula nº 0149. fls. 149 do livro 2-A do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Altamira (PA), com 43.517,0000 há (doc.05). O INCRA jamais realizou a transmissão de qualquer direito de uso, posse ou propriedade aos seus ocupantes (SILVA, 2016, p. 76).

Porém, a autora ressalta que no projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte definiu-se “que seriam oferecidas as famílias cadastradas no Núcleo Santo Antônio o tratamento de Reassentamento Coletivo” (SILVA, 2016, p, 76). Neste contexto, a autora menciona que “as famílias da vila não dependiam da exploração agrícola ou

agropecuária para a sua subsistência, sendo assim a Norte Energia propôs alternativas de reassentamento coletivo” (SILVA, 2016, p. 76).

No que se refere à infraestrutura a vila, a mesma concentrava serviços essenciais, como mercearias, bares, além de igrejas (católicas e evangélicas), uma escola, um salão social onde acontece a festividade do santo padroeiro Santo Antônio e uma caixa de água comunitária. Notavelmente, marcas do simbólico fortemente vinculados ao seu lugar de vivência daquela população, ora desmantelado pela UHE Belo Monte, como pode ser observado na Figura 19.



Figura 19. Registros Fotográficos da Vila
Fonte: SILVA, D. C.

A vila também possuía outros espaços que marcam a identidade de lugar como: o cemitério, o campo de futebol e o rio Xingu com suas belas praias. Sobre isso, Cervinski (2015) diz que, em:

[...] relação dos sujeitos com seu território traz um sentimento muito amplo de valores que não se perde e são transmitidos através de gerações que construíram sua própria cultura, seu modo de vida, e atribuíram, para além do valor material, um valor simbólico à terra, à mata, ao rio, elementos formadores de identidades e alteridades. O território transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir outra —dimensão subjetiva e simbólica, afetiva e cultural construída pela prática socialll (CERVINSKI, 2015, p. 04).

Nessa assertiva, diga-se que o fim deste território com “conseqüentemente, o deslocamento compulsório dos atingidos ocasionou mudanças significativas no dia a dia daquelas pessoas, sobretudo na realocação de uma área para a outra, implicando em custos antes inexistentes” (NUNES, 2021, p. 39). Isso se caracterizou na desterritorialização dos atingidos daquele lugar, pois o lugar está intrinsecamente

ligado a dois aspectos: identidade e pertencimento aos ambientes (NUNES, 2021, p. 39).

Ressalta-se, no entanto, que essa vila era uma comunidade tradicional ribeirinha, como são conhecidas as populações que residem as margens dos rios. Para além, menciona-se que a vila mantinha uma afetividade e respeito com o rio, pois este lhes proporcionava o lazer e principalmente o local de trabalho. A Figura 20 a seguir, mostra o rio Xingu e embarcações comumente usadas pelos moradores para o trabalho com a pesca.



Figura 20. Embarcações

Fonte: SILVA, D. C.

Os moradores praticam a pesca artesanal para comercialização tendo como referência a capturado de peixes ornamentais. Os pescados serviam como a principal fonte de alimentos para esses moradores e o excedente era vendido nos povoados próximos a vila, o que significava aumento na renda da família e, em alguns casos, a única renda existente para sustento da família.

Assim, menciona-se que as severas alterações e/ou repercussões territoriais na Vila Santo Antônio deixaram de ter aspectos da comunidade tradicionalmente concebida e assumiram contornos de um grande projeto hidrelétrico na Amazônia, em virtude da construção do canteiro de obra, dando uma nova funcionalidade ao lugar. Famílias inteiras foram retiradas do lugar, bem como, afetou a vegetação de área de preservação permanente como: encostas e planície de inundação. Deram lugar a um

fluxo intenso de veículos oriundos da obra de Belo Monte e a grandes impactos sociais e pessoais que afligiram seus moradores.

Salienta-se ainda que, dentre os impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos, entendidos aqui como “repercussões territoriais”, o derradeiro foi a extinção daquela comunidade para dar lugar à construção do canal de fuga da casa de força principal da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM).

2.1.4. Vila Belo Monte

A Vila Belo Monte pertencente a Vitória do Xingu-PA e surgiu a partir da abertura da Rodovia BR 230 (Transamazônica) na década de 1970. A mesma está localizada as margens do rio Xingu e limita-se com o município de Anapu-PA. A Vila, por fazer parte de Vitória do Xingu, também sofreu os impactos da implantação da hidrelétrica. Neste contexto, Oliveira et al (2016) corrobora ao dizer que:

A UHBM impacta, diretamente, municípios e vilas da região devido ao gigantesco porte do empreendimento, e ao provocar profundas modificações nas vidas de milhares de pessoas das áreas urbanas, rurais e populações tradicionais (OLIVEIRA, 2016, p. 125)

Sabe-se que uma obra deste porte se apropria do espaço, domina-o, reformula antigas estruturas sociais de produção e cria outras. Assim, as repercussões sofridas pela Vila Belo Monte, não se diferenciam das demais repercussões oriundas da implantação da UHE, no sentido de que esta vila também teve um inchaço populacional e recebeu intervenções em seu territorial como condicionante contida no PBA da Hidrelétrica.

Na Figura 21, observa-se a localização Geográfica da Vila Belo Monte, bem como, sua expansão territorial entre os anos de 2010 e 2020. Menciona-se que os reflexos das medidas mitigadoras do PBA, juntamente com o crescimento demográfico são responsáveis pela expansão territorial, que ocorreu a partir da construção da UHE Belo Monte, a partir do ano de 2011, ano em que iniciaram as obras da hidrelétrica.

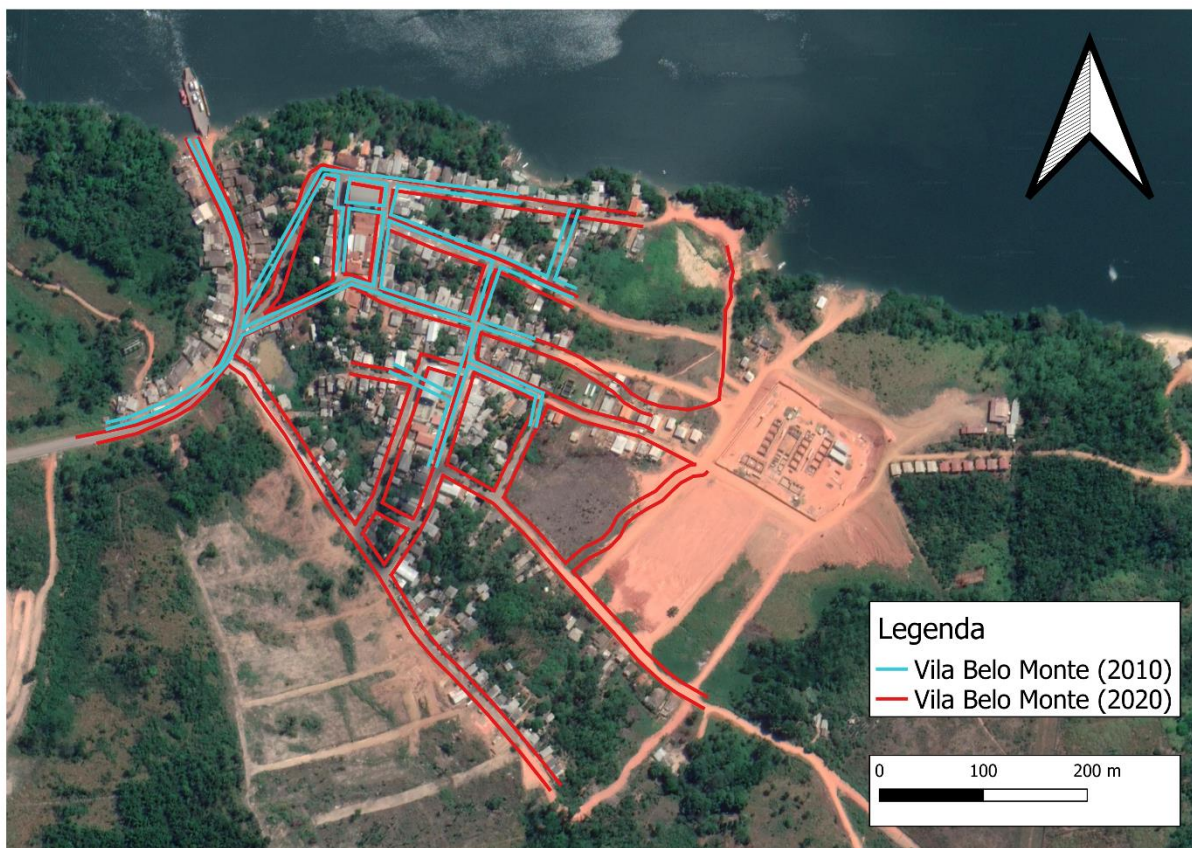


Figura 21. Localização Geografia Vila Belo Monte
Fonte: IBGE. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

Assim, a partir da implantação da UHE Belo Monte, as formas espaciais da vila foram alteradas e o espaço modificado, na medida que a sociedade era transformada. Deste modo, as diversas relações conjuntamente com os interesses de domínio espacial na localidade ficaram evidentes na relação entre os moradores e os sujeitos oriundos do empreendimento.

Cabe aqui ressaltar que nessa vila houve o inchaço por populações que migraram para a região em busca por um emprego na obra. Essas pessoas, foram trazidas pela empresa responsável pela construção de Belo Monte, que se somaram a outras que se aventuraram por conta própria em busca de oportunidades, sendo perceptível ao longo da construção desta UHE.

Oriundas da implantação da UHE, a vila recebeu intervenções, que de acordo com os Relatório Semestrais Consolidados tinham o:

[...] objetivo de promover a organização da estrutura urbana de Belo Monte (município de Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (município de Anapu) decorrente de provável afluxo populacional devido à construção da UHE Belo Monte, o PBA propôs como escopo a melhoria e fortalecimento da

infraestrutura das localidades bem como estabelecer um plano de ordenamento da ocupação urbana. (NORTE ENERGIA, 2013, p. 5.3-1)

Assim, a Vila Belo Monte recebeu projetos de engenharia e da implantação do sistema de tratamento de esgoto, além de perfurações de poços e implantação de sistema de abastecimento de água e de pavimentação e drenagem, como pode ser visto na Figura 22.



Figura 22. Ruas Pavimentadas e Estação de Tratamento de Esgoto
Fonte: Norte Energia

As repercussões ocasionadas pela UHE na vila, romperam com o equilíbrio básico entre cultura e natureza, repercutindo diretamente no território. As mais severas implicações geradas da construção da hidrelétrica, fizeram com que a população originalmente pertencente a vila perdesse as referências construídas ao longo de suas vivências e do tempo.

Essa população passou por abruptas mudanças sociais com as inúmeras repercussões territoriais e foi inserida bruscamente em uma nova realidade. Viu-se diante de um contexto estranho ao seu estilo de vida na produção de um novo

cotidiano, no sentido da expansão das dificuldades de refazer os hábitos e modos de vida local.

A Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, também é um ator responsável em fazer alterações no perímetro da vila, pois ela como obrigação de sua parte ajudou na pavimentação de ruas, na reorganização territorial, bem como, em serviços essenciais a vida da população daquele lugar. Na Figura 23, é possível ver o serviço de pavimentação executado pela Prefeitura na Vila de Belo Monte.



Figura 23. Pavimentação de Ruas na Vila Belo Monte
Fonte: Prefeitura de Vitória do Xingu

Outro fator que é importante mencionar é a Vila Residencial Belo Monte, vila esta construída para servir de residência para funcionários que trabalhavam na empresa responsável pela UHE Belo Monte e suas terceirizadas. Essa Vila Residencial ficava a poucos quilômetros da Vila de Belo Monte, bem próxima ao barramento principal desta hidrelétrica.

A Vila era uma espécie de mini cidade, com 2.500 casas. Havia uma infraestrutura adequada para se viver, porém, restrita a funcionários e seus familiares. A construção desta vila marcou a paisagem, pois foi construída em uma área de vegetação que teve que ser desmatada seguindo a lógica do capital na produção do espaço na região.

Na Figura 24, tem-se a imagem área desta Vila Residencial, onde é possível notar como era organizado seu território. Nota-se também sua proximidade com o rio Xingu. Esta vila foi desmobilizada com o fim das obras de Belo Monte, marcando a paisagem novamente, pois toda essa infraestrutura que pode ser vista na imagem foi retirada ou está em processo de retirada.



Figura 24. Vista Aérea da Vila Residencial de Belo Monte
Fonte: Norte Energia

Dessa forma, salienta-se que os muitos impactos que repercutiram territorialmente e que afligiram os espaços estudados são de difícil mensuração, porém perceptíveis, pois quando as ações no:

[...] território se dão muito em função de propósitos alheios ao cotidiano da nação, quando as atividades se invertem visando atender apenas demandas distantes cujo controle é remoto e, sobretudo hoje, quando o território nacional se torna alvo e refém de um capital financeiro globalizado que, por princípio, não tem compromisso moral com lugar algum (PEREIRA,2011, p.100)

Isso pode ser considerado como uma alienação territorial, pois se trata de especializações regionais/territoriais. Essas internalizam uma visão externa comandada por um mercado distante, que neste caso é a demanda por energia elétrica e a busca de equilíbrio no sistema energético para o desenvolvimento do país.

CAPÍTULO 3 – Repercussões Territoriais e as Novas Configurações Socioespaciais em Vitória do Xingu-PA a partir da UHE Belo Monte

3.1 Grandes Investimentos e as Novas Configurações

A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia teve seu início na década de 70 do século passado. Era parte de um conjunto de políticas de integração nacional, materializadas a partir da construção da UHE Tucuruí, na década de 1970, (ROCHA, 2009, p.45). Este processo desacelerou-se na década 1990, sendo reiniciado no início dos anos 2000, com a retomada as sucessivas crises energéticas e das discussões acerca da construção da UHE Belo Monte no estado do Pará.

Essas obras, normalmente se constituem em grandes empreendimentos, com grande efeito de fragmentação dos territórios, impactando as realidades locais (VAINER, 2007, p.11). Para Vainer (2007) os grandes investimentos que se estruturam a partir da década de 60 e 70, contribuíram fortemente para a integração nacional, mas, aprofundaram as rupturas territoriais e agravaram as desigualdades em relação ao desenvolvimento regional no país. Ainda de acordo com o autor, estes grandes empreendimentos, que haviam sido interrompidos, retornaram à agenda das políticas públicas nas últimas décadas, como no caso da Usina de Belo Monte. Para o autor, a grande diferença em relação aos projetos da década de 70 está nos atores que comandam o processo e controlam essas empresas. Para Vainer (2007):

Constata-se, pois, que à época, os GPIs conformavam, ou pelo menos contribuíam fortemente para conformar, um espaço nacional integrado – profundamente desigual, mas integrado. Os grandes projetos voltam à pauta nos últimos anos, de que são exemplares megaempreendimentos hídricos – transposição das águas da bacia do São Francisco, hidrelétricas de Belo Monte e Madeira. Há, porém, uma decisiva mudança do que se passa hoje em relação ao que aconteceu nos anos 70: agora, grande parte das empresas e de seus empreendimentos territoriais não estão mais sob controle do Estado brasileiro. (VAINER, 2007, p.12)

A privatização de setores estruturais da infraestrutura, a partir da década de 90, inseriu novos atores nesses setores estratégicos que, em sua grande maioria, se movimentam em escala global, constituindo-se em grandes *players* mundiais. Esses atores que promovem a construção desses grandes empreendimentos, possuem

grande capacidade e potencial de fragmentação territorial, transformando os sistemas de objetos e as realidades locais de forma significativa (CARGNIN e LIMA, 2009).

Nesse contexto, a Forma, entendida como categoria do espaço, conforme Santos (2004), é fortemente impactada, tanto em ambientes urbanos quanto rurais. Cabe destacar que, especialmente nos ambientes urbanos, a Forma, também compreendida como o ambiente construído, enquanto um sistema de recursos criados pelo homem, e um importante elemento para viabilização do processo de acumulação, como descrito em Harvey (1999; 2005).

Assim, a Forma deixa de ser um resultado de iniciativas acidentais acumuladas ao longo do tempo ou de aspectos estritamente relacionados ao seu valor de uso. Esta passa a atender aos preceitos comuns ao capital como a racionalidade, a funcionalidade, a regularidade e a standardização, sendo que, o indivíduo se insere em um novo contexto urbano, onde as dimensões mudam constantemente criando assim novas resistências, já que o novo não é tão novo (SANTOS 2014; 2017).

De acordo com Oliveira (1997), a:

[...] dimensão social desse processo é também uma dimensão espacial, sendo por isso concebida como uma prática socioespacial tendo o espaço como o lugar geográfico da ação. A forma como o espaço é produzido na fronteira pode ser um instrumento de perda, mas também pode se constituir numa alternativa de libertação (OLIVEIRA 1997, p. 5).

Dessa forma, ao se pensar as transformações que ocorreram em Vitória do Xingu-PA, com a implantação da UHE de Belo Monte, observa-se que a cidade passou a vivenciar um crescimento populacional drástico, juntamente com a elevação considerável dos preços dos bens de consumo, sendo esta realidade fixada com a construção deste empreendimento. Essa realidade é, certamente, bem diferente da expectativa da população local, pois houve um visível aumento da demanda populacional assim houve um aumento do custo de vida em toda região de influência. Para MIRANDA NETO (2016):

Soma-se a esse quadro, a pressão sobre a oferta de bens e serviços na cidade, com impacto direto nos preços ao consumidor, especialmente no que se refere aos alimentos e aos serviços básicos educação, saúde, transporte etc.). (MIRANDA NETO, 2016, p. 162).

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é um conjunto de usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de

concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social, áreas de lazer, e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Corrêa (1989) nos traz grandes contribuições em relação ao espaço urbano e suas características, podendo compreendê-lo como o “espaço urbano e fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Partindo desta ideia, não se pode deixar de levar em consideração as pessoas que ocupam estes espaços, que reflete a existência, o viver e as lutas no seu cotidiano, que vão ocupando e transformando esses lugares, ou seja, surgem novos territórios.

Entretanto, cabe sintetizar que os grandes investimentos organizam o território, impactam sobre as estruturas, processos e funções e tem repercussões concretas que podem ser identificadas na forma urbana e rural. Para Vainer (2007, p.12) esses investimentos tem alta capacidade de fragmentação territorial e muitas vezes tornam-se “enclaves” no território. São, portanto, vetores de fragmentação do território, associados a atores em escalas e com estratégias globais, que subjugam os Estado a um papel secundário que passa a fomentar a “guerra fiscal” para atrair esses investimentos e preparar as infraestruturas para sua instalação. Nesse quadro, normalmente, o olhar para os atores locais fica para segundo plano, como mero objeto de adequação para a instalação do investimento.

Os grandes investimentos são inseridos no território de forma exógenas as demandas locais, afetando assim a estrutura do território e o seu uso são os mais diversos fazendo que no mesmo vá surgindo novos espaços com novas lógicas e contextos diferentes impulsionado pelo poder público e o privado. Tais interesses são impulsionados pelos governos provocando mudanças no local de sua instalação. O ponto chave está no avanço das políticas governamentais em relação as populações e a mudança sofrida no local de instalação, como é o caso da UHE Belo Monte, que acaba mostrando sintonia maior com os interesses externos do que os internos.

3.2 Repercussões territoriais em Vitória do Xingu: as transformações do território urbano

O processo de ocupação das cidades amazônicas se deu conforme as lógicas impostas pelo planejamento regional efetivo da região Amazônica, a partir dos anos de 1966 a 1985. Para Becker (2009), o Estado assume o papel geopolítico para a modernização acelerada das sociedades e do território em um projeto prioritário para a ocupação da Amazônia. Nessa visão, esse movimento justificava-se para evitar tensões com os pequenos produtores do nordeste e a modernização da agricultura no Sudeste, que foi expulsando de seu território os pequenos agricultores e trabalhadores de áreas rurais destas regiões.

A evolução socioeconômica da Amazônia, mostra que o território passa por transformações profundas devido ao chamado plano desenvolvimentista do Governo Federal, ainda no período da ditadura militar. Esses influenciam o modo de vida ao longo do tempo, permanecendo até os dias atuais. Dentre estes projetos voltados para a Amazônia, destacam-se a construção de usinas hidrelétricas, a abertura da Rodovia Transamazônica, mesmo que sua total pavimentação não tenha acontecido até o momento.

Para Loureiro (2004, p. 73), a ocupação da Amazônia teve dois vetores, o econômico e o geopolítico. Na década de 1970 com o início da construção da rodovia Transamazônica, o governo incentivou a exploração da região com o estímulo da produção agrícola. Nesse período, não existia o grande centro urbano e tudo era voltado principalmente para o campo, pois havia grandes áreas sem uso. O território vazio para o governo serve ao seu objetivo principal que é o uso, dando funções independente da escala.

Os objetivos da construção da Transamazônica eram simples e esquemáticos e obedeciam a uma racionalidade entre seus planejadores. Os elementos de acordo com Arbex Jr (2005, p. 31), eram “integrar a Amazônia ao restante do país” e dar continuidade ao seu projeto de colonização. Outro ponto era retirar pessoas de áreas superpovoadas e direcioná-las em massa a Amazônia, vista como um grande espaço vazio. Para Arbex Jr (2005, p. 37) a ocupação deu-se durante o regime militar sob a

defesa de um preceito emblemático associado a esta estratégia: “Uma terra sem homens (Região Norte) para homens sem-terra (Região Nordeste)”.

No entanto o planejamento não era só a construção de rodovias e havia outros planos para a região além da construção da rodovia Transamazônica, que era a construção de usinas hidrelétricas. Mas, mesmo com projetos a longo prazo, as regiões receptoras desses projetos não receberam o planejamento adequado para suportar o crescimento que estes empreendimentos proporcionavam. Esse fenômeno de crescimento abrupto, se registra com a chegada de pessoas das mais diferentes regiões do país a procura de trabalho, devido às propagandas de trabalho fácil, sem a existência de um planejamento prévio.

Assim, as ocupações muitas vezes acabam se dando de forma desordenada, sem um planejamento adequado no entorno destas cidades que abrigam esses grandes empreendimentos, implicando na desestruturação dos processos de produção locais e significativas mudanças na vida das populações locais, como demonstra Marinho (2019), ao analisar os efeitos da construção da usina nas populações camponesas. O estudo realizado sobre a situação atual da cidade de Vitória do Xingu-PA onde está construída a UHE Belo Monte, procurou entender como vem ocorrendo o seu crescimento e o desenvolvimento urbano.

Em Vitória do Xingu, as áreas ocupadas são, em sua maioria utilizadas de forma irregular, ou seja, sem nenhum planejamento prévio, por populações predominantemente de baixa renda local ou que chegaram à cidade a procura de trabalho. Essa população acabou se vendo em uma situação de vulnerabilidade, tendo que instalar residência em locais com ausência de infraestrutura e saneamento básico, resultando na ocorrência de palafitas, principalmente nas bacias dos igarapés e algumas casas inacabadas no sentido da Rodovia Ernesto Acioli, a PA-415.

Mesmo com a implantação de um projeto com grande repercussão em nível nacional na cidade de Vitória do Xingu, esta continua sem destaque e reconhecimento nacional. Entre 2010 a 2019, que compreende o período de início e de conclusão da UHE Belo Monte, pouco se tratou da inserção do município no cenário nacional. Isso mesmo no que tange aos recursos naturais, fator primordial para o surgimento do projeto gerador de grandes impactos em sua área de influência, no sentido da maior obra energética em construção do país se encontrar em Vitória do Xingu. A obra em si ganhou mais destaque no cenário nacional, devido às oportunidades de emprego

que a mesma oferecia, do que o próprio município que recebeu a construção da UHE Belo Monte.

As ocupações irregulares em perímetro urbano da sede do município de Vitória do Xingu-PA no período entre 2013 e 2017, fizeram com que aumentasse a mancha urbana da sede do município conforme mostram as Figuras 25 e 26, a seguir. A mancha urbana do município foi crescendo gradativamente com execução da obra e os impactos da expansão urbana começaram a surgir na cidade de Vitória do Xingu no ano de 2013. Pelo fato de a obra ser distante da sede da cidade, em torno de 90 km, e por terem sido construídas vilas para abrigar a mão de obra, a primeira leva de trabalhadores que chegou ao município conseguiu se alojar nas vilas residenciais construídas nas proximidades dos canteiros da obra. Apenas anos depois, quando mais pessoas migraram ao município em busca de emprego, é que a expansão urbana na cidade de Vitória do Xingu se tornou mais evidente.

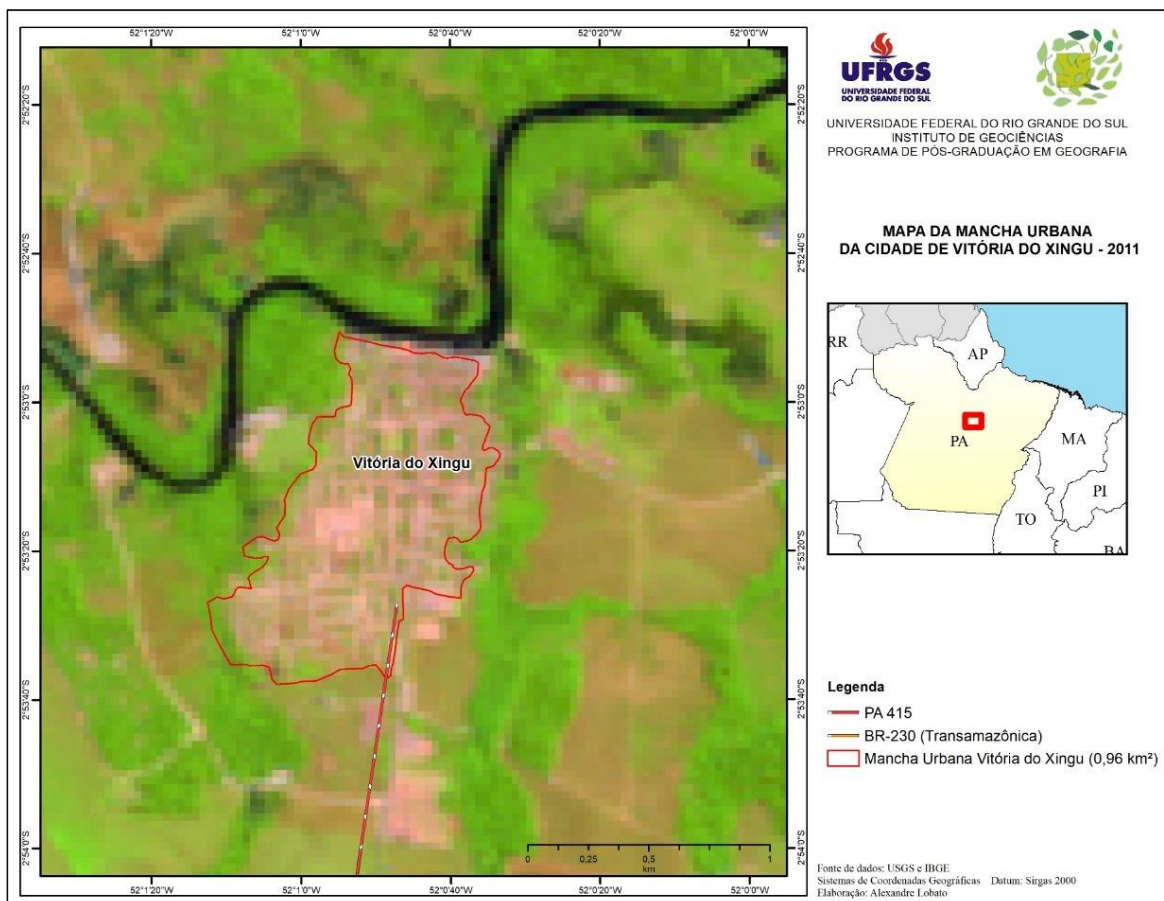


Figura 25. Mapa da mancha urbana de 2011 de Vitória do Xingu-PA
Fonte: IBGE. Elaboração: Alexandre Lobato

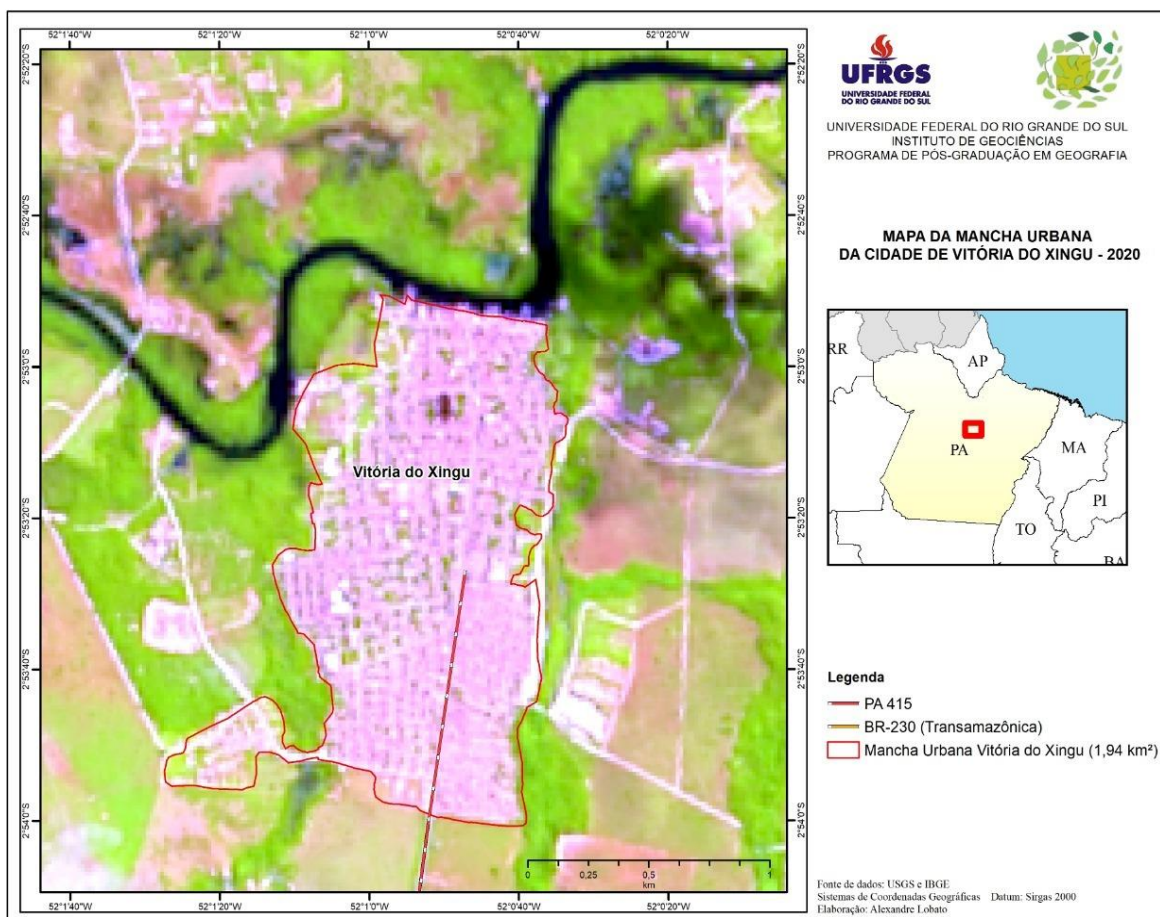


Figura 26. Mapa da Mancha Urbana de Vitória do Xingu-PA - 2020
 Fonte: IBGE. Elaboração: Alexandre Lobato

O território pode ser visto como lugar onde se manifesta a história de um povo, que vai se enraizando no decorrer dos anos, sendo que as histórias possuem diferentes elementos para sua consolidação, dependendo das formas e dos elementos simbólicos pelos quais estão se formando e adaptando às necessidades produtivas de cada indivíduo (MEDEIROS, 2009).

Com a construção da UHE Belo Monte houve um aumento populacional, principalmente no decorrer da obra e, com isso, houve mudanças estruturais nas áreas urbanas, mudanças essas que atingiram também as agrovilas e áreas rurais. No Censo Populacional do IBGE de 2010, Vitória do Xingu contava com uma população de 13.431 habitantes. As estimativas para 2020 mostram que o município conta com 15.279 habitantes, sendo que, apesar do crescimento urbano, a maioria dessa população ainda reside nas áreas rurais. De acordo com dados do IBGE (2017) as áreas densamente povoadas são consideradas áreas urbanas. Assim, Vitória do Xingu:

Apresenta 28.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 73.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE 2020).

A inserção da UHE Belo Monte na região onde se localiza o município de Vitória do Xingu trouxe modificações espaciais profundas. Podem ser citados o recebimento de um grande número de pessoas para trabalhar no empreendimento e as várias obras de requalificação urbana na cidade que estabeleceram uma nova dinâmica na realidade local, potencializando problemas socioespaciais já existentes, principalmente na área urbana dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Para Miranda Neto e Herrera (2017, p.47), “embora se tenha bem definido o local de moradia da nova classe média, ainda não é possível definir com clareza os locais de ocupação espontânea da população de renda mais baixa”.

O mais evidente durante o processo de construção da UHE Belo Monte, foram as ocupações (Figura 27) em áreas de fazendas que até então faziam parte da área rural do município. Tais ocupações foram acontecendo sem nenhum planejamento do poder público municipal, sendo assim foram se formando novos bairros de ocupações espontâneas, que no caso de Vitória do Xingu receberam o nome de invasões ou ocupações desordenadas, pelo fato de não terem sido planejadas pelos órgãos públicos que são responsáveis pela organização e planejamento da infraestrutura da cidade.



Figura 27. Área de ocupação onde anteriormente abrigava pastagens

Fonte: Angélica Azevedo de Matos.

A construção da UHE Belo Monte gerou expectativa para a população. A perspectiva era que com sua chegada aumentassem os empregos para uma população dependente de políticas públicas e de empregos públicos, que ainda são predominantes na cidade. Tudo isso se dá pelo fato de o município não ter grandes comércios ou até mesmo indústrias que possam gerar tais postos de trabalho. Durante a construção da hidrelétrica, o número de empregos subiu em vários setores, fato este que deixou a população esperançosa por uma melhoria da qualidade de vida. Entretanto, a mão de obra especializada veio de outros lugares e houve também um grande deslocamento de pessoas de outras localidades em busca de trabalho, pois havia expectativa e propaganda de uma grande oferta de emprego e a facilidade de se arrumar trabalho.

A estrutura da cidade e de suas vilas também foram abruptamente afetadas, pois durante o processo de construção da UHE tiveram suas infraestruturas transformadas. As ruas receberam pavimentação e, além dos equipamentos já existentes, foram criados novos para o uso da população.

Para entender as novas lógicas que vem repercutindo em Vitória do Xingu desde do início da construção da UHE Belo Monte, é necessário compreender os elementos estruturais do espaço. Segundo Santos (2014, p. 28) “o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução de suas próprias estruturas”. Neste contexto, o município vem sofrendo mudanças relacionadas aos fatores internos e externos, no qual a realidade social fica imbricada neste espaço com a chegada da hidrelétrica que impõe novas regras (aumento dos preços, impostos etc.). Assim, muitas das modificações são vistas e de fato se constituem em melhorias para a população.

No caso de Vitória do Xingu, são visíveis as melhorias que aconteceram com a construção da UHE Belo Monte, como se observa na Figura 28. Podem ser citadas a construção do hospital municipal, com um número maior de leitos – antes havia apenas uma pequena unidade onde se fazia apenas pequenas internações e os casos mais graves eram levados para Altamira, pois o município não tinha capacidade nem mesmo de fazer partos e muito menos pequenas cirurgias. Com a construção do hospital procedimentos antes não realizados passaram a ser feitos com maior frequência, entre eles pequenos procedimentos cirúrgicos e um maior número de partos. Além disso, foram feitas outras melhorias como adequação das escolas, melhorias no saneamento básico entre outros. Mas nem tudo foi feito como o planejado e muitos problemas permanecem. Além disso, o envolvimento da população e entidades representativas ainda é frágil e a gestão do poder público não estava preparada para essas transformações.



Figura 28. Novos Equipamentos Urbanos de Vitória do Xingu
 Fonte: Angélica Azevedo de Matos.

Entretanto, a busca por melhorias ainda persiste, mesmo como termino das obras. Isso apesar de existir um projeto de requalificação urbana, feito para a mitigação dos problemas que a chegada da UHE Belo Monte traria para as cidades diretamente afetadas. Por essa razão, a compreensão sobre as repercussões territoriais e socioespaciais ocorridas no território de Vitória do Xingu, com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, foi fixada na forma e no uso do território.

As mudanças foram acontecendo à medida em que as obras foram sendo realizadas e a estrutura da cidade foi sendo transformada. Com isso, a paisagem urbana deixou de ser um resultado de iniciativas acidentais acumuladas ao longo do

tempo ou de aspectos estritamente relacionados ao seu valor de uso e passou a atender aos preceitos comuns ao capital como: racionalidade, funcionalidade, regularidade e standardização. Nesse contexto, o indivíduo se insere em uma nova realidade urbana, onde as dimensões mudam constantemente criando assim novas resistências, já que o novo não é tão novo (Santos, 2014 e 2017).

A instalação de empresas em Vitória do Xingu passa a contribuir para a transformação da cidade, especialmente em seus aspectos econômicos. O município passa a arrecadar mais com impostos pagos por essas empresas elevando assim o PIB do município e o número de empregos. Entretanto, os habitantes empregados na região nem sempre residem no município.

A cidade vai evoluindo na medida em que as empresas se instalam em Vitória do Xingu e passam a contribuir para a elevação do PIB, mas também para a criação de novos empregos. Com isso, a população, que tinha na prefeitura ou nas áreas rurais seus principais meios para se conseguir um emprego, vê possibilidades em um grande número de pequenos estabelecimentos comerciais. Porém, muitos desses estabelecimentos estão vinculados a uma estrutura unifamiliar, no qual esses números acabam não entrando muitas vezes em fontes oficiais para a captação de dados para a pesquisa. Na Tabela 3, observa-se a partir de dados do IBGE, o significativo aumento do número de empresas e do pessoal ocupado no município. Destaca-se que os empregos passam de 455, em 2010, para 3.290, no ano de 2017.

Empresas cadastradas e atuantes e pessoal ocupado em Vitória do Xingu				
ANO	UNIDADES LOCAIS	Nº DE EMPRESAS ATUANTES	PESSOAL OCUPADO	PASSOAL OCUPADO ASSALARIADO
2010	65	65	456	401
2011	78	78	672	611
2012	97	95	1056	968
2013	151	146	1626	1465
2014	156	153	2138	2015
2015	159	154	5280	5167
2016	147	140	3463	3345
2017	135	131	3290	3172

*Tabela 3. Empresas cadastradas e atuantes em Vitória do Xingu
Fonte: IBGE 2019, elaboração a autora*

A questão da evolução do número de empregos se dá pela diversidade dos segmentos de estabelecimentos instalados no município de Vitória do Xingu. A Tabela 4, a seguir, mostra a evolução dos vínculos ativos existentes no período 2010 à 2019. Nela pode ser verificado que, apesar do novo contexto, o único segmento que não apresentou queda foi o da Administração Pública. Os demais segmentos tiveram uma oscilação. Um fato interessante é a questão da Construção Civil que em 2010 não apresentava vínculos ativos e, no decorrer dos anos, houve um crescimento. Deve-se considerar que ainda existem no município muitos empregos informais. Apesar do crescimento do número de estabelecimentos, muitos são comandados por familiares. Chama atenção o grande número de empregadas domésticas sem carteira assinada, entre os anos de 2010 à 2019, houve apenas o registro de 1 estabelecimento que registrou os seus dados na RAIS, os demais ainda são informais. Isso, contrasta com o observado na realidade local, mostrando que a informalidade ainda é muito grande.

Isso se aplica a muitos outros segmentos, que acabam não registrando funcionários por serem unifamiliares. A questão é que muitas famílias são comandadas por pessoas que estão em trabalhos informais como diaristas, estivadores e em serviços gerais. Esse é um fato ficou evidente na pesquisa de campo realizada durante a construção do trabalho.

Convém assinalar que a pandemia do Covid 19, restringiu a realização da pesquisa, especialmente no que tange às entrevistas. Os protocolos sanitários e o distanciamento social, obrigaram a redução do número de entrevistados, utilizando esses resultados apenas de forma complementar. Assim conseguiu-se concluir a pesquisa dentro do prazo estipulado.

Estabelecimentos com Vínculos ativos em Vitória do Xingu anos de 2010 à 2019								
Ano	Administração pública	Atividades Administrativas e Serviços Complementares	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Indústria de transformação	Construção civil	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Extrativismo Mineral Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	Alojamento e Alimentação
2010	329	2	21	9	0	129	0	1
2011	491	2	21	20	9	153	0	12
2012	159	2	78	50	68	117	18	45
2013	815	10	235	87	76	125	83	68
2014	960	16	428	1019	178	124	136	74
2015	1319	15	326	3311	96	122	63	143
2016	333	4	223	38	2355	197	18	165
2017	1526	785	175	35	0	158	9	17
2018	1931	2021	165	1	5	163	0	9
2019	2714	85	151	5	0	133	3	76

Tabela 4. Evolução do número de empregados na classe CNAE 2.0 em diversos seguimentos no município de Vitória do Xingu (2010 – 2019)

Fonte: RAIS 2019, elaboração a autora

As entrevistas ocorreram no mês de junho de 2021, e sua organização, análise e interpretação foram desenvolvidas no mês de julho de 2021. Para atingir o objetivo em analisar como os atores veem as repercussões que ocorreram em Vitória do Xingu, com ênfase na escala local, a coleta de dados foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas presenciais seguindo todos os protocolos de segurança para a Covid-19. Todos os entrevistados estavam cientes que seus dados estariam preservados. Os entrevistados são atores sociais que moram na sede do município, ou seja, na área urbana. A partir do questionário, optou-se por seguir um roteiro com dez perguntas para que ficasse mais clara a compreensão de como o território repercutiu com a construção da UHE Belo Monte em Vitória do Xingu. A estrutura da entrevista está apresentada no Apêndice A e a maior parte destas teve uma duração aproximada de entre 10 e 15 minutos.

Alguns dos entrevistados foram respondendo às perguntas de maneira mais sucinta e outros nem tanto, fazendo uma reflexão sobre as mudanças que ocorreram e ainda estão ocorrendo na cidade de Vitória do Xingu. Os entrevistados foram referenciados por meio de códigos, os quais representam as expressões “Entrevistado 1” (E1AS), “Entrevistado 2” (E2AS), “Entrevistado 3” (E3AS), etc. As informações consideradas relevantes para apresentação no perfil dos entrevistados foram a naturalidade, a idade, a escolaridade e a sua ocupação. A informação sobre a ocupação foi apresentada de forma ampla para evitar que fosse possível identificar os entrevistados.

A partir da leitura do Tabela 5, demonstra-se que a maior parte dos entrevistados (7 de um total de 15) atualmente estão trabalhando no serviço público do município. Aqueles que não estão no serviço público acabam exercendo as mais variadas funções para a sua subsistência, desde autônomos à domésticas. Quanto a naturalidade dos entrevistados, em sua maioria são naturais de Altamira-PA, 4 no total, 3 naturais de Vitória do Xingu-PA e o restante se divide entre Gurupá-PA, Santarém-PA, Itapipoca-CE e Balsas-MA.

Desta forma, as entrevistas focalizaram as percepções de como a cidade era antes da instalação da UHE Belo Monte e como está após a sua instalação. Em relação à faixa etária, a quase totalidade dos entrevistados situa-se na faixa de 30 a 49 anos, sendo que todos encontram-se na faixa de 27 a 69 anos. No tange à escolaridade, há um predomínio de entrevistados com Ensino Superior Completo. No

critério de ocupação que exercia, houve uma certa diversidade dos entrevistados, embora a categoria “o funcionalismo público” tenha tido um certo destaque.

Código das entrevistas	Naturalidade	Idade (Anos)	Escolaridade	Ocupação
E1AS	Altamira – PA	42	Superior	Funcionária Pública
E2AS	Vitória do Xingu – PA	53	Fundamental Completo	Doméstica
E3AS	Santarém – PA	29	Superior Incompleto	Funcionária Pública
E4AS	Altamira – PA	33	Superior	Funcionária Pública
E5AS	Gurupá – PA	69	Analfabeto	Aposentada
E6AS	Vitória do Xingu – PA	35	Superior	Funcionária Pública
E7AS	Vitória do Xingu – PA	44	Fundamental incompleto	Funcionária Pública
E8AS	Altamira – PA	27	Superior	Funcionária Pública
E9AS	Jacundá – PA	58	Fundamental incompleto	Aposentada
E10AS	Altamira – PA	33	Superior	Funcionária Pública
E11AS	Itapipoca – CE	45	Médio	Vendedora
E12AS	Balsas – MA	35	Fundamental	Diarista
E13AS	Gurupá – PA	47	Médio	Autônomo
E14AS	Vitória do Xingu – PA	33	Médio	Vendedora
E15AS	Vitória do Xingu – PA	42	Superior	Autônomo

Tabela 5. Caracterização dos entrevistados

Fonte: Elaboração de Angélica Azevedo de Matos, 2021.

As entrevistas foram analisadas por meio de técnicas de análise de conteúdo. Primeiramente foram agrupadas as respostas de cada entrevistado separando as perguntas de 1 à 10 para uma possível comparação das respostas. As perguntas com temáticas semelhantes foram analisadas em conjunto. Os agrupamentos foram montados a partir da transcrição dos áudios das entrevistas e sua estrutura permite que as respostas dos entrevistados sejam comparadas. Finalmente, utilizou-se pesquisa de campo, de forma que as observações realizadas in loco complementassem os resultados obtidos. Utilizou-se a técnica de observação simples, essa uma técnica que conforme Gil (2008), “o pesquisador se configura mais como um espectador do que como um ator”.

As duas primeiras perguntas foram para entender a visão de cada ator sobre como era Vitória do Xingu antes e depois do início da construção da UHE Belo Monte. Na visão dos mesmos, antes era vista como pacata, com pouca movimentação e um fluxo de pessoas mais transitório, devido à cidade ter um porto que recebe pessoas das cidades vizinhas e de outros estados que vem para a região por meio de embarcações.

Na visão de alguns entrevistados a cidade cresceu com isso foram surgindo melhorias, mas mesmo assim alguns problemas permaneceram após o término da construção da UHE Belo Monte. Conforme a fala de um dos entrevistados *“A cidade cresceu surgindo novos bairros periféricos, a situação não melhorou muito devido ao aumento da população e não ter sido ofertado novos postos de empregos pós a construção de Belo Monte.”*

A segunda pergunta foi de como Vitória do Xingu está após o início das obras e como eles veem a mesma depois do término da construção da UHE. Em sua maioria os entrevistados tem uma visão de uma cidade mais movimentada, com melhoria nas estruturas físicas e, para a maior parte dos entrevistados, durante o período de construção da hidrelétrica foi o melhor momento principalmente para a geração de empregos. Após o término da construção, conservou-se a estrutura, porém a geração de emprego foi diminuindo muito e o fluxo de pessoas quase que permaneceu o mesmo, ficando assim a violência e um número significativo de pessoas desempregadas.

Se for levado em conta o percentual de trabalhadores formais segundo o IBGE em 2019, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos. A proporção de pessoas

ocupadas em relação à população total era de 15.5% o que torna um percentual baixo em relação a população total residente no município.

Dentre os estabelecimentos com vínculos ativos, no período de 2010 à 2019, o setor que tem o maior número de trabalhadores vinculados é a administração pública, seguindo por outros como o comércio, construção civil, atividades administrativas, alojamento, entre outros segundo dados obtidos da RAIS – ver Tabela 3. No decorrer da pesquisa as entrevistas feitas mostraram que a maioria dos entrevistados são funcionários públicos. A questão do comércio é bem peculiar: existem vários pequenos estabelecimentos comerciais onde ainda se tem a informalidade dos funcionários devido a serem equipamentos comerciais comandados por familiares.

Mas o que se vê é uma cidade que vem adentrando áreas antes tidas como rurais pelo modo de uso e ocupação do solo, no sentido a PA 415, a Rodovia Ernesto Acioly. As margens esquerda e direita dessa rodovia estão entre igarapés, que fazem com que o crescimento da área urbana da sede do município de Vitória do Xingu seja desordenado e agressivo ao meio ambiente. A expansão da área urbana da sede do município não foi planejada nem pela administração municipal e nem pelos planejadores da UHE Belo Monte. De modo que a expansão urbana foi acontecendo durante a construção do empreendimento, fato que se deu devido à alta dos preços dos imóveis e dos alugueis.

O entendimento das lógicas, que repercutem em Vitória do Xingu desde do início da construção da UHE Belo Monte, é norteado pelos elementos estruturais do espaço em sua evolução. Segundo Santos (2014, p. 28) “o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos”, e essa evolução é vista em Vitória do Xingu a partir da construção da UHE Belo Monte, com mudanças na estrutura da cidade que para a população é vista como melhorias.

A estrutura urbana de Vitória do Xingu atualmente vem recebendo melhorias isso acaba gerando uma melhor qualidade de vida para a sua população um exemplo disso são os novos bairros que não tinham saneamento básico, pavimentação e distribuição de água. Atualmente o poder público municipal tem investido para melhoria da qualidade de vida da população que vive nesses bairros.

As mudanças que vem acontecendo na estrutura da cidade repercutem na melhoria de vida da população, mas o município de Vitória do Xingu, no momento inicial da obra não estava preparado para receber a migração advinda do empreendimento, por não ter estrutura suficiente, o que gerou um déficit habitacional.

Tal déficit levou as pessoas a ocuparem áreas antes rurais ou à margem dos igarapés, desempenhando um papel significativo no crescimento da cidade, mesmo que de forma irregular e sem regulamentação pela lei do município. O acelerado crescimento da cidade deixa claro que um planejamento detalhado teria evitado uma ocupação desorganizada, que pode ter acarretado em sérios riscos sociais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, esboçou-se sobre as repercussões ocorridas em Vitória do Xingu a partir da construção da UHE Belo Monte no Pará entre os anos de 2010 à 2020 período recorrente ao início e ao término das obras. Nesse processo vários atores estavam envolvidos, desde dos estudos de viabilidade até a execução da obra com interesses distintos, muitos focados na visibilidade que o município recebeu ou poderia ter recebido, por ter sediado uma obra de tão grande magnitude como é o caso da UHE Belo Monte. Nesse caso, as repercussões que tal obra trouxe se refletem na dinâmica que a cidade e suas vilas passam a ter e o papel dos atores envolvidos.

Durante a construção deste trabalho houve empecilhos que restringiram as entrevistas e mesmo os trabalhos de campo. Isso devido à pandemia do novo Coronavírus, que impôs o distanciamento social e o isolamento. Mesmo assim, foi possível realizar o trabalho.

Com os recursos naturais do município de Vitória do Xingu, foi possível receber em seu território a construção da maior usina hidrelétrica do Brasil. Porém, trouxe consequências e a partir de então ocorrem análises sobre o empreendimento e suas áreas de influência receptoras das obras.

Com a UHE de Belo Monte em construção, as lógicas vão mudando. O antigo espaço urbano da cidade de Vitória do Xingu começa a ser transformado, dando lugar a uma nova configuração da cidade e de suas vilas, que passam a ser consideradas áreas urbanas, recebendo uma infraestrutura similar à da sede do município. De fato, antes da UHE Belo Monte a sede do município contava com apenas três principais bairros, que com a chegada do empreendimento se tornam diferenciados do ponto de vista estrutural.

No entanto, a falta de planejamento urbano trouxe um crescimento na cidade que permite o surgimento de um novo espaço urbano sem infraestrutura alguma. É como se a cidade continuasse com a velha infraestrutura, isso porque o pico das obras trouxe um elevado número de pessoas em busca de trabalho e de moradia, o que muitas vezes culmina com a reprodução da desigualdade e da pobreza, comum nas cidades pequenas da Amazônia. Existe o espaço urbano implantado, que recebeu infraestrutura devido a implantação da UHE Belo Monte, e o surgimento de um novo espaço urbano, que são as ocupações, com características similares a antiga área

urbana, só que sem a infraestrutura que o antigo espaço urbano recebeu. Vale ressaltar que, tanto o novo quanto antigo espaço urbano só acontecem mediante aos grandes projetos recebidos pelas pequenas cidades da Amazônia.

Verificou-se na cidade de Vitória do Xingu, que as dinâmicas causadas pela construção da UHE Belo Monte tiveram momentos variados desde que iniciaram na sua construção, tendo o pico maior a partir de 2013, momento que a obra deu uma alavancada na construção. Nesse período, concentrava maior número de trabalhadores e acabou repercutindo no espaço urbano de Vitória do Xingu principalmente com mais pessoas indo em busca de moradia. Com isso, surgiram ocupações em outras áreas não habitadas anteriormente, mudando assim a estrutura da cidade.

Com a construção do empreendimento houve a criação de mais estabelecimentos comerciais, porém, verificou-se que com o final das obras houve mudanças em muitos desses negócios. Vários se modernizaram, trazendo mais qualidade no atendimento à população que usufrui dos serviços prestados por esses estabelecimentos. Dessa forma, a cidade passou a apresentar novas formas de desempenho de suas atividades comerciais, possibilitando uma diversidade aos seus clientes principalmente as formas de pagamentos por meio da tecnologia.

As relações entre os sujeitos com os seus espaços produzidos a partir de suas vivências vão criando identidades e repercutindo através de suas territorialidades. Os objetos e as formas espaciais são parte do comportamento da sociedade e estão relacionados a modo de como o sujeito se sente com modernização do espaço e assim começa a produzir novos significados ligados ao espaço e a sua forma de uso.

Por fim, não somente as repercussões territoriais estão ligadas a construção da UHE Belo Monte na sede do município de Vitória do Xingu, mas sim também as transformações que ocorreram em suas vilas que tem um aspecto mais parecido com a sede. Tais repercussões são vistas principalmente na estrutura e no surgimento de novos equipamentos que trazem melhoria na qualidade de vida da população local. É importante também relatar que grande parte das transformações que a cidade recebeu foi através do empreendimento. Tais mudanças causaram transformações estruturais, porém, não mudaram totalmente as relações socioespaciais produzidas ao longo do tempo. Por isso, é importante ressaltar que mudanças e permanências vão acontecer sempre e repercutir no território de maneiras diferentes.

REFERÊNCIAS

- ARBEX J R, José. “Terra sem povo”, crime sem castigo 21 *Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia*. In: TORRES, Maurício (Org.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.
- BARBOSA, Alberto Guedes. *Produção do Espaço Urbano de Altamira A partir da Elite Local*; TCC de Geografia; Universidade federal do Pará 2007.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1990 (Série Princípios)
- BECKER, B. O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil. *Parc. Estrat.* · Brasília, DF · v. 14 · n. 28 · p. 33-50 · jan 2009.
- BERMANN, C. Entrevista. A energia hidrelétrica não é limpa, nem barata. In: *Viomundo*. Publicada em 03 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/bermann-a-energia-hidreletrica-nao-e-limpa-nem-barata.html>. Acesso em: 10/04/2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. *Relatório de Impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte*. Brasília, maio de 2009.
- BULCÃO, J. A. S. *Proposta de um Modelo para Avaliação do Impacto dos Empreendimentos Hidroelétricos sobre as Doenças Transmitidas por Vetores com Especial Referência à Malária*. 1994. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1994.
- CARGNIN, A. P.. *A dimensão territorial do planejamento: escalas, atores e metodologias*. In: DEPONTI, C; FREITAS, T. D.; FAVARETO, A. (Orgs) *Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 405p. 16 x 23 cm.
- CARGNIN, Antonio Paulo. *Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais*. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2014. 240 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/ do Mundo*. São Paulo. Ed. Labor Edições, 2007.
- CARVALHO, Orlando Albani de. *Água sobre terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas*. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, 2006.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Et Al (ORGS). *GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CERVINSKI, Gilberto. Conjuntura Atual do Modelo Energético do Brasil. São Paulo. 2015.

COSTA, P. S. S.; SOUZA, C. M. APONTAMENTO SOBRE A AGROVILA LEONARDO D'VINCI E A REINVENÇÃO DE SEU COTIDIANO APÓS A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. In: NOVA REVISTA AMAZÔNICA - VOLUME VI - NÚMERO ESPECIAL - DEZEMBRO 2018- ISSN: 2318-1346

ELETROBRÁS. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental. Leme Engenharia Ltda, Brasília, 2009.

ELETROBRÁS. | [Portal da Eletrobras](#) > [Áreas de Atuação](#) > [Geração de Energia](#) > Belo Monte. Acesso em 23/07/2020

FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: Atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. Revista NERA 21 (42): São Paulo, 2018. P. 162- 185. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/327755429>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

GALVÃO, A. R. G.; FRANÇA, F. M.; BRAGA, L. C. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 33-46.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, A. L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. R, COSTA, B. P. da; SOUZA, E. B. C. de. (Orgs) Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-36.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P.; SANTANA, N. C. CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE E A COMUNIDADE RIBEIRINHA DE SANTO ANTÔNIO EM VITÓRIA DO XINGU/PARÁ. In: Revista: CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2016. ISSN: 1988-7833. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/02/xingu.html>. Acesso em: 12/12/2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: Estado, Homem, Natureza. Belém: ed. Cejup. 2 ed. 2004.

LEME. Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. v.6, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). Territórios e territorialidades - teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. 1, p. 217-227.

MELLO-THÉRY, Neli aparecida de. Amazônia: atores e instituições regionais e nacionais. In: COSTA, Wanderley Messias da; VASCONCELOS, Daniel Bruno. (ORG) Geografia e Geopolítica da América do Sul integrações e conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. OS NEXOS DE RE-ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E DA REDE URBANA: AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DA INSTALAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE EM ALTAMIRA-PA E EM SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA. Revista Formação (ONLINE). Vol. 24; n.43, set-dez/2017. p. 65- 95. ISSN: 2178-7298. ISSN-L: 1517-543X. ISSN: 2178-7298. ISSN-L: 1517-543X

MIRANDA NETO, J. Q. UHE Belo Monte e a reestruturação da cidade de Altamira-PA: agentes, processos e redefinições espaciais. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, Presidente Prudente, 9 a 12 de out., 2502-2513, 2015.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Expansão urbana recente em Altamira (PA) Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. In: Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52.

MIRANDA NETO, J. Q. As transformações urbanas em Altamira-PA após uma década de Belo Monte. In: Amazônia Latitude, 2021. Disponível em: < [NORTE ENERGIA S.A. Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Planos programas e projetos. Agosto de 2010.](https://amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20instala%C3%A7%C3%A3o%20do%20empreendimento,reduzida%20para%20120%20mil%20habitantes.> Acesso em 17/12/2021</p></div><div data-bbox=)

NORTE ENERGIA; Projeto Básico Ambiental; Plano de requalificação urbana, setembro de 2011.

NORTE ENERGIA S.A. 5.3. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM BELO MONTE E BELO MONTE DO PONTAL. In: Relatórios Semestrais Consolidados, 2013.

NUNES, Patrícia Barbosa. BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a difícil territorialização dos reassentados no RUCSão Joaquim / Patrícia Barbosa Nunes. -- 2021. 148 f. Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

OLIVEIRA, J.A. a urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão: In:6º Encontro de Geógrafos da América Latina, 1997, Buenos Aires, v.6.p.198.

OLIVEIRA, A. L. A.; SOUZA, C. M.; SILVA, T. F. O fim da Vila Santo Antônio para a construção da Hidrelétrica Belo Monte. In: Novos Cadernos NAEA v. 22, n. 3, p. 121-139, set-dez 2019, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

PADINHA, Marcel Ribeiro. Sociedade, meio ambiente e desenvolvimento: práticas sociais insurgentes e novas centralidades, apontamentos a partir da Amazônia brasileira. Revista Científica ANAP *Brasil*, v. 8, n. 11, 2015, p. 47-62.

PEREIRA, M. F. V. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 2011. 23 (1): 95-104, abr.

PICINATO, A. C.; SPIER, G.; LIMA, I. V. Território na abordagem de Bertha Becker. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 67-80.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p17- 35.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Ática: São Paulo, 1993.

RAIS:https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php: Acesso em 10/06/2020

ROSIÈRE, Stéphane. Géographie politique & Géopolitique. Une grammaire de l'espace politique. 2ª édition. Paris: Ellipses. 2007. Segunda Parte - Capítulo 2 - Les Acteurs Géopolitiques. 426p.

SANCHES, Josiane. A OLIVICULTURA NA REGIÃO DA CAMPANHA: REPERCUSSÕES TERRITORIAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

SANTANA, Acir T. e BRZEZINSKI, Maria Lúcia N. Lins. UHE Belo Monte: o estudo de impacto ambiental e suas contradições. Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC), Itapetininga São Paulo, v.5, nº 2, p. 235-256, 2018.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: 5ª Edição Edusp, 2012.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 5ª ed., 2003. 470p.

SANTOS, M. Espaço e Método. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 120 p.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Edusp, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192 f

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SAULE JUNIOR, Nelson. O direito à moradia como responsabilidade do Estado Brasileiro. In SAULE JÚNIOR, Nelson. Direito à cidade. Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SARMENTO, J. C. S.; ROCHA, C. G. S. Modificações na paisagem e mudanças sociais ocasionados pela hidrelétrica de Belo Monte: o fim da comunidade Santo Antônio. In: Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p. 27308-27319. mar 2021.

SILVA, Darlene Costa da. UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMPACTOS DA HIDRELETICA BELO MONTE: ESTUDO DE CASO DA VILA SANTO ANTONIO E DA COMUNIDADE BABAQUARA NA MICRORREGIÃO DE ALTAMIRA-PA. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará. Altamira, 2016.

SILVA, J. M. P. da. Território e Mineração em Carajás. 1ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, Maria Lima da. A cidade da Barragem de Belo Monte: Vitória do Xingu-PA minhas memórias e depoimentos. Belém-PA. ed. aquarela 2016.

SIMONI- SANTOS, César Ricardo. “A Nova Centralidade da Metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana”. Tese (doutorado em geografia humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 21. 2013.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Et Al (ORGS). GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SUBRA, Philippe. Géopolitique locale: territoires, acteurs, conflits. Paris, Armand Colin, 2017.

TRINDADE JR., S. C. da. Et al. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C. da. TAVARES, M. G. da C. (Orgs). Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.1. Maio de 2007.

VANACOR, Paula L. Atores, escalas e produção do espaço: a atividade carbonífera em Candiota. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, POSGEA, 2020.

VITÓRIA DO XINGU. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Vitória do Xingu. ENGEVIX. 2011.

QUESTIONÁRIO: Atores sociais

Aluna: Angélica Azevedo de Matos

Orientador: Antônio Paulo Cargnin

Nº do questionário

Nome:

Idade:

Função

Escolaridade:

Naturalidade:

Município residente:

1. Como era Vitória do Xingu antes da chegada da UHE Belo Monte?

2. Como está Vitória do Xingu após a chegada da UHE Belo Monte?

3. Quais foram as mudanças concretas na cidade (repercussões) que se observou com a implantação da UHE Belo Monte?

4. Dentre essas repercussões, quais interferiram no seu dia-a-dia?

5. Houve a criação de novas fontes de renda após a implantação da UHE?

6. Na sua opinião, como se enquadra a nova realidade local?

7. Qual o tipo de moradia que você tem e se for própria, como adquiriu o imóvel?

8. Havia saneamento básico em sua rua antes da chegada da UHE Belo Monte? E no momento atual?

9. Depois da instalação da UHE Belo Monte houve melhorias em sua rua?

10. Como se complementa a renda da família?